



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Centro de Letras e Artes**  
**Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL EM (DIS)CURSO:  
O CASO ZUZU ANGEL NA DITADURA MILITAR

TEREZINHA ANDRADE DA COSTA

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Rio de Janeiro  
Junho/2023

LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL EM (DIS)CURSO:  
O CASO ZUZU ANGEL NA DITADURA MILITAR

Terezinha Andrade da Costa

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Doutorado em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Rio de Janeiro  
Junho/2023



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Centro de Letras e Artes**  
**Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL EM (DIS)CURSO:  
O CASO ZUZU ANGEL NA DITADURA MILITAR

TEREZINHA ANDRADE DA COSTA

Orientadora: Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Doutora em Linguística.

**Examinada por:**

Tania Conceição Clemente de Souza  
Presidente, Profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza (MN/PPG  
Linguística – UFRJ)

Juciele Pereira Dias  
Profa. Dra. Juciele Pereira Dias (UERJ)

Flávia Clemente de Souza  
Profa. Dra. Flávia Clemente de Souza (UFF)

Jonathan Ribeiro Farias de Moura  
Prof. Dr. Jonathan Ribeiro Farias de Moura (FIOCRUZ)

Kleber Santos de Mendonça  
Prof. Dr. Kleber Santos de Mendonça (UFF)

Lia Abrantes Antunes  
Profa. Dra. Lia Abrantes Antunes (UFRJ) Suplente

Luciana Nogueira  
Profa. Dra. Luciana Nogueira (UFSCar) Suplente

## CIP - Catalogação na Publicação

C3161 Costa, Andrade da Costa, Terezinha  
LINGUAGEM VERBAL E NAO VERBAL EM (DIS)CURSO: O CASO  
ZUZU ANGEL NA DITADURA MILITAR / Andrade da Costa,  
Terezinha Costa. -- Rio de Janeiro, 2023.  
86 f.

Orientadora: Tania Conceição Clemente de Souza  
Souza.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós  
Graduação em Linguística, 2023.

1. Tese de Doutorado. 2. Universidade Federal do  
Rio de Janeiro - Faculdade de Letras, Programa de  
Pós Graduação em Linguística, 2023. 3. Portal de  
Periódico da CAPES. 4. Linguagem Verbal e não Verbal  
em Discurso: o caso Zuzu Angel na Ditadura Militar.  
5. Análise de Discurso. Condições de Produção.  
Posição Sujeito. I. Souza, Tania Conceição Clemente  
de Souza, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

*Dedico para minhas filhas Camila Andrade,  
Clariana Andrade  
e neta Ayla Andrade.*

*Epígrafe*

*Eu não tenho coragem, coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade.*  
*(Zuzu Angel)*

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço ao grande arquiteto do universo e à espiritualidade, que me conduz até este presente momento com saúde, energia e desejo de compreender e respeitar este lugar.*

*À minha querida orientadora Tania Clemente, que me acolheu em seu grupo de pesquisa LABEDIS e em seu convívio acadêmico.*

*Aos pesquisadores do LABEDIS, em especial ao amigo Tiago Freitas, por todo incentivo para o meu desenvolvimento no curso e apoio na teoria da análise de discurso, Rodrigo Pereira e Maycon Aguiar pelo acolhimento.*

*Aos meus pais, por quem tenho amor e confiança: Maria das Dores Andrade da Costa e Oliveiros Albano da Costa, de quem tenho apoio em todos os sentidos nas decisões que tenho tomado; aos meus irmãos por toda parceria de anos.*

*As filhas Camila e Clariana Andrade de Almeida por todo apoio e incentivo, obrigada filhas!*

*À professora Nair Ferreira Gurgel do Amaral, por aceitar participar da minha banca de qualificação, por ter me encaminhado em minha graduação e no mestrado com sua orientação acadêmica.*

*Aos professores Juciele Dias, Kleber Mendonça, Flávia Clemente de Souza e Jonathan Ribeiro Farias de Moura por aceitarem participar da minha banca e pelas contribuições para o andamento do trabalho, inclusive no SEPLA – Seminário Pesquisas Linguísticas em Andamento.*

*Ao projeto Leitura no Sítio, em especial à Glória Valadares e toda equipe, pelo incentivo, torcida, anos de convivência e amizade em prol da literatura.*

*À Coordenação do Programa de Linguística da UFRJ e à CAPES pela oportunidade de recebimento de bolsa para financiamento dos meus estudos.*

## RESUMO

Esta pesquisa de doutorado tem como objetivo analisar o funcionamento da linguagem no regime militar, especificamente no caso Zuzu Angel. Como objetivos específicos pretendemos: I) estudar a voz de Zuzu por diversas formas de dizer no âmbito do verbal e do não verbal; II) compreender o funcionamento de monumentos, instalados pelo Estado redemocratizado na cidade do Rio de Janeiro em homenagem a Zuzu, na instituição da memória; III) discutir a seguinte afirmação: por que o Estado que mata é o mesmo homenageia? E finalmente IV) analisar outras homenagens, como as canções de Chico Buarque ofertadas em tributo a Angel. O trabalho tem como aporte teórico-metodológico a Análise de Discurso Francesa (AD) com base em Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Tania Souza e outros. Diversos dispositivos da AD oferecem subsídios a esta investigação, como: condições de produção, posição-sujeito, ideologia, sentido, formação discursiva, memória, imagem, metáfora entre outros. Como parte dos resultados da investigação que pergunta quem é Zuzu, apontamos que Zuzu para o Estado que matava era uma *persona* não grata; para a sociedade, Angel é mãe guerreira e mãe mártir, homenageada pelo Estado democrático que reconhece sua culpa; assim Zuzu é mulher de muitas faces eternizada em canções que lembram um Brasil sombrio, sem liberdade de expressão.

**Palavras-chaves:** Análise de discurso; Ditadura militar; Redemocratização; Zuzu Angel.



## ABSTRACT

This doctoral research aims to analyze the functioning of language in the military regime, specifically in the Zuzu Angel case. As specific objectives we intend to: I) study Zuzu's voice through different ways of saying in the verbal and non-verbal scope; II) understand the functioning of monuments, installed by the State in the city of Rio de Janeiro in honor of Zuzu, in the institution of memory; III) discuss the following statement: why is the State that kills the same that honors? And finally IV) analyze other tributes, such as the songs by Chico Buarque offered in tribute to Angel. The work has as theoretical and methodological support the French Discourse Analysis (DA) based on Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Tania Souza and others. Several DA devices provide subsidies for this investigation, such as: production conditions, subject-position, ideology, meaning, discursive formation, memory, image, metaphor, among others. As part of the results of the investigation that asks who Zuzu is, we point out that Zuzu, for the State that killed, was a non-grateful persona; for society, Angel is a warrior mother and a martyr mother, honored by the democratic State that recognizes her guilt; Thus, Zuzu is a woman with many faces, immortalized in songs that recall a dark Brazil, without freedom of expression.

**Keywords:** Discourse analysis; Military dictatorship; Redemocratization; Zuzu Angel.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>LABEDIS</b>	Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som
<b>AD</b>	Análise de Discurso
<b>FD</b>	Formação Discursiva
<b>SD</b>	Sequência Discursiva
<b>JK</b>	Juscelino Kubitschek

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1. Modalidade/<i>corpus</i></b>	<b>38</b>
<b>Quadro 2. Apresentação dos <i>corpora</i></b>	<b>38</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b>	<b>Foto de Stuart</b>	<b>48</b>
<b>Imagem 2:</b>	<b>Procurados</b>	<b>51</b>
<b>Imagem 3:</b>	<b>Moda Protesto</b>	<b>55</b>
<b>Imagem 4:</b>	<b>Anjo</b>	<b>55</b>
<b>Imagem 5:</b>	<b>Soldado</b>	<b>58</b>
<b>Imagem 6:</b>	<b>Tanque de Guerra</b>	<b>58</b>
<b>Imagem 7:</b>	<b>Sol</b>	<b>60</b>
<b>Imagem 8:</b>	<b>Imagem/Carta</b>	<b>62</b>
<b>Imagem 9:</b>	<b>Comunicado</b>	<b>72</b>
<b>Imagem 10:</b>	<b>Túnel</b>	<b>78</b>
<b>Imagem 11:</b>	<b>Escultura</b>	<b>79</b>

## SUMÁRIO

<b>CAMINHADA ACADÊMICA</b>	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>1 A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DE DISCURSO</b>	<b>19</b>
1.1 Análise do discurso e o verbal	20
1.1.2 Discurso, sujeito, história e linguagem	20
1.1.3 Condições de produção: ponto de partida	22
1.1.4 Eixo de formulação do sentido: interdiscurso e intradiscurso	23
1.1.5 Discursividade: tensão entre paráfrase e polissemia	25
1.1.6 Relações de força e formações imaginárias	26
1.1.7 Formação discursiva	28
1.1.8 Ideologia	29
1.1.9 Sujeito e forma histórica	31
1.1.10 Incompletude: movimento, deslocamento e ruptura	32
1.1.11 Paráfrase e efeitos metafóricos	33
1.2 A análise de discurso e o não verbal	33
1.2.1 Imagem e discurso	34
<b>2 MÉTODO</b>	<b>37</b>
2.1 Apresentação dos <i>corpus</i>	37
2.2 Construindo o arquivo	37
2.3 Estratégia de análise	39
<b>3 ANÁLISES DO CASO ZUZU ANGEL</b>	<b>40</b>
3.1 Zuleika de Souza Netto/Zuzu Angel – Biografia	40
3.1.2 Regime Militar	46
3.3 Formas de luta e resistência	51
3.3.1 Conta-regime: redemocratização e justiça	51
<b>4 ROUPAS, CARTAS E HOMENAGENS</b>	<b>54</b>
4.1 Zuzu estilista, designers e denúncia	54
4.2 Zuzu mãe-guerreira	61
4.2.1 Textualidade Verbal e posição-sujeito	61
4.2.2 Textualidade não Verbal e posição-sujeito	70
4.3 Um comunicado e morte anunciada	71
4.4 Homenagens: duas canções e um nome na cidade	74
4.4.1 Duas canções	74
4.4.2 Zuzu, um nome na cidade	77
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>82</b>

## CAMINHADA ACADÊMICA

*Tive acesso aos estudos já na fase adulta, voltei aos bancos escolares depois de quarenta anos de idade. Até aquele momento só possuía a oitava série do ensino fundamental, razões dadas pelo casamento e em seguida pela chegada das filhas, somada à motivação inconsistente do cônjuge de que não precisava estudar, fui levada a acreditar que ele “tinha” suas razões.*

*No entanto, com a separação, o desejo de voltar a estudar floresceu e a primeira decisão que tomei foi voltar a escola para concluir o Ensino Médio. Quando terminei essa etapa de estudo, senti necessidade de continuar, pois já não era o suficiente para suprir as necessidades do mercado de trabalho e também além de sentir que era uma inquietação interna. Sem recursos financeiros, tive que me debruçar e estudar mais para conseguir uma vaga na Universidade Federal, assim, com uma vaga em instituição pública, os custos seriam apenas para livros, apostilas, passagens e alimentação.*

*Foram três anos de tentativas frustradas de ingresso no ensino superior, mas, finalmente consegui ingressar na Universidade Federal de Rondônia, no curso de Letras Português. Ao adentrar a vida acadêmica fiquei imersa numa trajetória de leituras e pesquisas científicas. Logo no segundo período, já estava inserida em um projeto de pesquisa, cujo tema de investigação era “os discursos institucionais e a prática docente em escolas ribeirinhas”, sobre a orientação da professora Dra. Nair Ferreira Gurgel do Amaral, que tinha sua pesquisa registrada no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC.*

*Nesta trajetória, além da necessidade de estudar, o amor pelos estudos e pesquisas foram crescendo cada vez mais. Nessa caminhada aprendi a entender que a graduação é só uma abertura ou encaminhamento para direcionar a linha de estudo que de fato se pretende obter aprofundamento.*

*Ao término da graduação de Letras no ano de 2009, fui convocada através de processo seletivo do Estado de Rondônia para efetuar durante dois anos – via contrato emergencial – na área de Língua Portuguesa, no Ensino Médio de uma Escola Pública.*

*Durante esse percurso, fui selecionada para ingressar no curso de*

*Filosofia nesta mesma instituição, através do processo de portador de diploma. Quando terminou o meu contrato com o Estado, entrei para o grupo de pesquisa Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e lá também fui bolsista da Capes. Durante dois anos, atuei na escola, pesquisando e expandindo meus conhecimentos ocasionados pelo trato de aulas de filosofia. Ao término dessa graduação, apresentei um artigo, que gerou um capítulo de livro e uma apresentação dos seus resultados à comunidade acadêmica.*

*Ainda nesse percurso, atuei na função de professora/tutora presencial e a distância do curso de Letras Português pela Universidade Federal de Rondônia. Nesta modalidade de ensino, comecei a perceber a necessidade de mais estudos teóricos para ampliação do conhecimento.*

*Atuei como professora avaliadora das redações do ENEM. Através desse processo vamos conhecendo e identificando as habilidades e recorrências textuais de persuasão para embasamento da escrita.*

*Nesta modalidade de corretora do Enem e professora/tutora de Ensino a Presencial e a Distância, senti a necessidade de fazer uma especialização na área de Educação e tecnologia. Por essa razão, propus seguir os termos do edital da Universidade Federal Fluminense - UFF, no Laboratório de novas tecnologias de ensino – LANTE - momento em que fui aprovada e concluí a especialização. Esses estudos facilitaram os meus trabalhos e me motivaram a fazer uma terceira licenciatura à distância - Licenciatura em Pedagogia. Mesmo me constituindo professora especialista, ainda sentia que poderia dar um passo maior. Neste percurso de estudos fui incentivada pela minha professora e orientadora a fazer o mestrado. Também contei com o apoio da minha família e amigas (os) para continuar estudando.*

*E ao mestrado cheguei. Um nível de estudos aprofundado através da linha de pesquisa “Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens”, que se propõe a analisar a linguagem em suas diversidades. Como requisito para conclusão dos estudos de mestre, debrucei na leitura, pesquisa e escrita do tema e recorte sobre Ideologias nos discursos de alunos sobre “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Tema da redação, do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015. Esse tema me mostrou quanto a mulher luta na sociedade para ocupar um lugar através de seus gestos e lutas na vida cotidiana.*

*Um desses casos é de Zuzu Angel, me inspirou para continuidade dos estudos, agora no doutorado. E por que, não? Na UFRJ escolhi estudar o*

*funcionamento da linguagem no regime militar (ditadura) no caso de Zuzu. Momento em que se traça uma luta de posições discursos e formações discursivas, que veremos mais adiante, através da linha de pesquisa “Modelos Funcionais Baseado no Uso”.*



## INTRODUÇÃO

*“Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar”  
(Angélica – Chico Buarque)*

A escolha por Zuleica de Souza Netto, conhecida no mundo da moda no Brasil e Exterior como Zuzu Angel, é o recorte do nosso trabalho de doutorado, ocorre para dar foco a uma posição: a de militância. Na análise de discurso, “o sujeito é o sujeito do inconsciente, estruturado na língua e, assim, interpelado pela ideologia através das práticas discursivas”, sempre significando e ressignificando, assim sendo, é por essa escolha que logo me inscrevo numa luta também ideológica, a luta de mulheres. Trato dessa questão: textualidade, discurso e gênero desde minha dissertação de mestrado, e mais do que isso, vivenciei e vivencio essas lutas todos os dias por ser mulher, negra, mãe, nortista e também pelo etarismo.

Zuzu Angel desfilará pelas próximas páginas mostrando uma incansável luta de mãe que a constituía, a de zelar pelo filho até quando seu corpo já não era mais presente. As páginas desta tese serão, em muitas ocasiões, tristes, porém acalentadoras, porque exara a mensagem de um país que deve se balizar pelos trilhos da democracia, da liberdade de expressão e do direito de ir e vir.

Vivemos tempos muitos recentes de um governo que flertou com a não democracia. Por isso, este trabalho é um alerta e uma denúncia, que (re)visita o passado por entre os elos da história, da linguagem, da arte e do urbano, que revitalizam o legado de Zuzu Angel por um país em que todos possam viver livremente em todas as formas de expressão, crendo em suas ideias, manifestando seus objetivos em prol da melhoria de vida e principalmente, um país livre de patrulhas e torturas.

O fato de que Zuzu Angel perdera seu filho para a perseguição e violência da ditadura militar passará pelas páginas desta tese a partir do próximo capítulo. Quem é essa mulher silenciada pelo Estado, porém homenageada anos depois pelo Estado que a mata?

Tomando como mote o caso Zuzu Angel, esta tese tem como objetivo geral analisar o funcionamento da linguagem no regime militar, especificamente no caso Zuzu Angel.

A seguir elencamos os objetivos específicos:

- (i) Fazer ecoar sua voz por diversos meios da linguagem, no âmbito do verbal e não verbal.
- (ii) Compreender o funcionamento de monumentos, instalados pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro em homenagem à Zuzu, na instituição da memória.
- (iii) Discutir a seguinte afirmação: Por que o Estado que mata é o mesmo que homenageia?
- (iv) Analisar outras homenagens como as canções de Chico Buarque ofertada em tributo a Angel.

Nossa escolha teórica segue princípios da escola francesa de Análise de Discurso, fundada na França por Michel Pêcheux e introduzida nos cursos de Letras no Brasil por Eni Orlandi. Apresentamos a seguir os pontos principais da Análise de Discurso (AD).

## 1 A ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DE DISCURSO

**O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito.**

*Denise Maldidier*

Para realizarmos um estudo sobre a AD, precisamos mencionar as condições de sua produção, ou seja, sua contextualização histórica. Na década de 1960, Michel Pêcheux (1969), fundador da AD, apoia-se em uma formação filosófica e desenvolve um mecanismo de oposição principalmente de questionamento crítico à linguística estruturalista. Dessa forma, Pêcheux apresenta uma discussão epistemológica sobre as ciências, na qual o discurso tem uma relação estreitamente necessária com o processo sócio-histórico-ideológico.

A análise de discurso tal como a conhecemos no Brasil – na perspectiva que trabalha o sujeito, a história, a língua – se constitui no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua própria ordem marcada por sua materialidade que lhe é própria. Com o marxismo ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. (ORLANDI, 2015[1999], p. 15)

A proposta de uma disciplina diferenciada, ancorada num tripé em que se juntam três diferentes campos do saber numa relação solidária e, ao mesmo tempo, crítica, tem na sua base um grande argumento:

A grande razão de ordem teórica na base da formulação da Análise do Discurso aparece, sobretudo, inscrita na questão formulada por Pêcheux (1977) se haveria uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo, apesar de a Linguística comportar aspectos diversos e variados e serem algumas vezes até complementares na sua diversidade. Segundo o autor, a relação do logicismo (ou formalismo) com o sociologismo se institui pela antiga discussão entre *natureza* e *convenção*. De um lado, no âmbito do logicismo, buscam-se universais, enquanto no âmbito do sociologismo evidencia-se a dispersão e alteridade no espaço e no tempo. “Onde o logicismo enuncia leis e constrói uma *teoria gramatical*, o sociologismo efetua uma *descrição*, fazendo um estudo empirista dos dados”. (Pêcheux, *idem*). (SOUZA, 2016, p.123-124)

Tem-se, então, uma disciplina fincada no entremeio dessas duas vertentes.

Quanto ao objeto da AD, assinala Pêcheux:

a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que tecem uma memória sócio-histórica. É esse corpo de traços que a análise de discurso se dá como objeto. Através do viés “técnico” da construção de corpus heterogêneos e estratificados, em reconfiguração constante, coextensivos a sua própria leitura. (PÊCHEUX, 2011, p. 214)

Enfim, como se verifica na citação acima, recorta-se, num primeiro momento, o objeto da AD no corpo da língua, mas ao mesmo tempo este vai se ampliando para outras materialidades discursivas, como no caso do estudo do não verbal – muito relevante para essa tese, como o faz a pesquisadora, Souza (2016):

Mais recentemente, levando-se em conta o percurso da Análise de Discurso no Brasil, o escopo da disciplina se amplia, quando se toma como objeto de investigação a linguagem não verbal. A análise do não verbal como discurso tem se revelado um campo fértil a novas investigações. Embora, quando da formulação da Análise de Discurso, não se tenha pensado na dimensão do seu objeto o não verbal, a forma como a disciplina se estrutura - como uma ciência em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria e que no instante em que o analista tem um objeto a ser analisado, a teoria vai-se impondo - aos poucos, o não verbal como objeto de investigação discursiva acabou se delineando. (SOUZA, 2016, p. 126)

Entre esses olhares que ampliam, temos anteriormente o trabalho de Eni Orlandi (1995), sobre o estudo *As Formas do Silêncio*.

### **1.1 Análise do Discurso e o verbal**

Em termos gerais como método de análise, Orlandi (1999) propõe dois movimentos: aquele em que o analista toma pra si os princípios norteadores da teoria e aquele em que seleciona em função do objeto os procedimentos analíticos previstos no bojo de tais princípios. Ainda, como propõe Pêcheux, a análise, então, se faz no batimento entre descrever e interpretar.

Passemos à descrição desses princípios.

### 1.1.2 Discurso, sujeito, história, linguagem

A AD busca compreender como um objeto simbólico produz sentido, como ele está investido de significância para o sujeito. Para tanto, o analista deve buscar explicar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido, dando lugar a novas práticas de leitura (ORLANDI, 1999).

Sendo assim, o analista com seu gesto de interpretação deve instituir na análise sua prática de leitura, buscando descrever os efeitos de sentido do(s) discurso(s) analisado(s). Explicita o trabalho da memória e o papel das condições de produção, identificando o sujeito e sua formação sócio-ideológica, a forma como o sujeito é interpelado, ou seja, as condições de produção, pois é nessa arena que o discurso é projetado em relação ao Outro, que pode ser de três formas, segundo Orlandi (1983):

O discurso Lúdico em que seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta (o exagero é o *non-sense*). O segundo, é o discurso polêmico que mantém a presença do seu objeto, sendo que seus participantes, dando-lhes uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada (o exagero é a injúria). E o terceiro o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem. (ORLANDI, 1983, p. 10).

Dessa forma, temos os três tipos de discurso regido pela polissemia: o lúdico considerado aberto, mas um discurso sem significado ou com pouco sentido que é constituído pelo *non-sense*; o polêmico que caracteriza uma direção do discurso indicando perspectivas e o terceiro que é o autoritário, quando o referente está “ausente”, oculto, uma ordem e a linguagem significando. Pois, “O efeito sujeito, diz Pêcheux, aparece então como resultado do processo de assujeitamento, e, em particular, do assujeitamento discursivo” (ORLANDI, 2017 [2012], p.47).

Seguindo essa linha de compressão, Orlandi (2012) entende que:

E se o discursivo é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como ‘produtores “livres” de seus discursos cotidianos, literários, políticos, científicos, estéticos etc a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora de discurso e torna-se a *das formas de existência histórica da discursividade* (ORLANDI, 2017 [2012], p.47).

Nesse, entremeio o sujeito vai se constituindo, com o discurso, o já dito, na história, através do lúdico, do polêmico e do autoritário por meio do assujeitamento da língua/linguagem na forma-histórica. Mais adiante, explicitarei o que é polissemia na Análise de Discurso.

### 1.1.3 Condições de produção: ponto de partida

As condições de produção são momento em que o sujeito está inserido no meio social, pois isso requer que tome posições:

O lugar em que o sujeito se encontra, histórico-social, é o ponto de partida da Análise de discurso, ou seja: Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico-ideológico. O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam de nossa sociedade, com suas instituições, entre elas as universidades, no modo como ele representantes, como organiza o poder, distribuindo posição de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam na maneira como o negro está relacionado ao fascismo, à direita, e o vermelho ao comunismo, à esquerda, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas (ORLANDI, 2015[1999], p. 28).

Neste contexto, o sujeito é levado a tomar decisões ao pronunciar seu discurso, para que ele faça sentido, assim, as condições de produção são pensadas em relação ao real da língua e com o real da história, com a base linguística constituída de todo fato discursivo e com os efeitos de conjuntura em uma formação social determinada (SOUZA, 2011).

Portanto, são as condições de produção que possibilitam ao analista de discurso verificar as condições de um acontecimento, histórico, social que traz em seu bojo sua ideologia e constata a produção do que está sendo dito, o discurso em determinado período, em dada situação, é materializado e verificado como a ideologia está presente no discurso nas condições de produção de um dado momento.

Orlandi (2017) nos chama atenção, enquanto analista de discurso, que tipo de funcionamento podemos atribuir ao nosso objeto?

E a resposta é a mais simples: ao invés de excluir o sujeito e a situação, como o fez a linguística para se constituir, basta construir uma teoria não subjetiva do sujeito e considerar que há uma relação constitutiva

entre o texto e a situação, ou melhor dizendo, há uma relação constitutiva entre as condições e o processo de produção dos sentidos (ORLANDI, 2017, p. 183).

Para isto, é preciso mudar de terreno, sair do positivismo da estrutura e instalar-se em uma posição materialista, a que privilegia a ideia de processo e de articulação entre estrutura e acontecimento, trazendo o objeto para o modo de análise em que a descrição e a interpretação sofrem batimento.

É preciso compreender a noção de condições de produção como historicidade, ou como mostra bem Pêcheux (1969), no contexto histórico-social as posições enunciativas não são tratadas como lugares sociais tais como seriam descritos na sociologia (empíricos), mas como projeções desses lugares pelas formações imaginárias, no discurso, constituindo posições.

Os lugares estão *representados* nos processos discursivos, isto quer dizer que estão presentes, mas transformados. Um exemplo, são as posições que tomamos em determinadas condições de produção como mãe, professora, político, servidora pública e etc. Cada posição que tomamos é exigida pelas condições de produção, para que faça sentido o discurso no momento de se posicionar, “Onde tanto o sujeito como a situação encontram seu lugar” (ORLANDI, 2017, p. 183).

Nessa arena, as relações de força estão estabelecidas entre os sujeitos e as condições de produção que trazem uma memória, um já dito. As condições de produção (conjuntura sócio-histórica) funcionam ideologicamente pelo imaginário que liga os homens às suas condições materiais. (ORLANDI, 2017, p.183-184)

#### **1.1.4 Eixo de formulação do sentido: interdiscurso e intradiscurso**

A teoria não subjetiva da subjetividade propõe, portanto, uma leitura que reconhece os efeitos do esquecimento nº1 e o atravessa, chegando à leitura não-subjetiva.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 29).

Dessa forma, podemos verificar como acionamos a nossa memória mediante as condições de produção, de qual fazemos parte, do nosso conhecimento de mundo, ou melhor, em que condições de produção, que pressupõem entre outras coisas, ou seja, “As palavras não são só ‘nossas’ Elas significam pela história e pela língua. O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. (cf. ORLANDI, 1999). Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscursivo ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação.

Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscursivo – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2015[1999], p. 30-31).

Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que se constroem os sentidos (ORLANDI, 2015[1999]).

Podemos ir mais longe, dizendo que predominantemente o esquecimento n°1 é interdiscursivo, ao passo que o esquecimento n°2 é intradiscursivo.

O reconhecimento dessas duas alteridades ganha, no funcionamento discursivo, a roupagem da formação discursiva que interpela o indivíduo em sujeito. Conforme os autores, “esta ‘desigualdade’ entre os dois esquecimentos corresponde a uma relação de dominância que se pode caracterizar dizendo que ‘o não-afirmado procede e domina o afirmado’” (PÊCHEUX; FUCHS, [1997] [1998] p.178). É o recalque associado ao esquecimento n°1 que controla o que será dito, efeito do esquecimento n°2.

Ou seja, para o sujeito o sentido é válido nas condições de produção em qual ele se encontra e o acontecimento discursivo: a formulação é o lugar em que esta contradição se realiza. Ela é o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula manifestamente seu dizer (ORLANDI, 2001).

Assim sendo, as condições de produção, propiciam o discurso/formulação na atualização da memória com o real do acontecimento mediante o conhecimento do sujeito-histórico-social, o já dito, a provocação do interior versus exterior, ou seja:



Em uma perspectiva discursiva dizendo-se que o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, formulação) se faz num ponto em que (se) atravessa o (do) interdiscurso (memória, dimensão vertical estratificada, constituição). (ORLANDI, 2001, p.31).

É nesse jogo, que o sujeito aciona a memória para sua produção de discurso. Esse jogo, constitui sujeito sócio histórico-social, no movimento da língua em funcionamento no jogo da paráfrase e polissemia.

### **1.1.5 Discursividade: tensão entre paráfrase e polissemia**

O discurso e os sujeitos são os movimentos que dão significados e significam através da discursividade, ou seja dão sentidos ao dizer, um exemplo é quando falamos em “ditadura”, o sujeito recorre às suas filiações de conhecimento e nesse processo, nenhum discurso é igual ao outro, pois há a movimentação da memória e ideologia, no efeito da linguagem, como menciona Orlandi:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 4).

Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo nem o discurso, já estão prontos e acabados.

Eles estão sempre se refazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizemos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros (ORLANDI, [2015] 1999, p.5).

Essa tensão entre paráfrase e polissemia, que permeia todo e qualquer discurso, é o que em Análise de Discurso nomeamos como criatividade, reiteração dos processos cristalizados, e produtividade, produz a variedade do mesmo, da linguagem, a depender

das condições de produção, os sentidos podem ser outros e (se significam), assim, a “Ditadura” pode se ressignificar em outros momentos histórico-sociais.

Decorre daí a afirmação de que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber do discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. “A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentidos de no mesmo objeto simbólico”. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 36).

Dessa forma, nem os sujeitos e nem o discurso estão prontos e acabados, pois há sempre o movimento dos sentidos, da memória e ideologia.

Logo, podemos analisar os múltiplos sentidos de “Ditadura” no corpo social da sociedade com seus sentidos através da criatividade e produtividade da linguagem que reside na fonte da paráfrase, o dizível, e a polissemia, deslocamento, ruptura. Atestando o confronto entre o simbólico e o político.

### **1.1.6 Relações de força, formações imaginárias e ideológicas**

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e à historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário ideológico. De modo que, as relações que apontam posições de conflitos, de solidariedade, de cumplicidade etc. Relações que regulam o jogo argumentativo do discurso, visando um efeito sobre os interlocutores.

Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como o objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). (ORLANDI, 2015 [1999], p. 38).

É pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isto se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.

É assim, que as condições de produção estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados nos discursos. E as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem a sua eficácia.

É bom lembrar: na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 38).

De forma que, a posição sujeito mãe faz parte da hierarquia dos processos de identificação no seu discurso, pois é todo um imaginário em uma conjuntura sócio-histórica que preside a troca de palavras, de forma que, um discurso do professor é diferente do discurso de uma mãe, pois o imaginário faz parte da linguagem quando fala ao seu interlocutor, onde residem as relações de força. É o simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.

É o conjunto de projeções que a posição sujeito ocupa, ou seja, mecanismo de antecipação, que remetem às atitudes e às representações que os sujeitos fazem de si e do outro num jogo de relações de força, o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do seu dizer. Logo, não são os sujeitos empíricos como tal, isto é, como estão escritos na sociedade que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.

Podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daquelas que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação as formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (ORLANDI, 2015 [1999], p.58).

Por exemplo, a imagem que o filho tem da mãe e vice-versa, a imagem que temos do professor, do padre, do político etc. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Segundo Orlandi (1999, p. 40), Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder.

As relações de força estão no discurso e são vistas como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. Todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras.

Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa

maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor, ou seja, relação de forças. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz.

Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. Assim, fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno. Na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem.

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como um conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 46).

### **1.1.7 Formação discursiva**

A formação discursiva se efetua a partir de uma posição dada, em uma conjuntura dada, face às relações de poder de condições de produção com o seu interlocutor, isso requer a memória do já-dito para que faça sentido e a interpelação do sujeito do discurso que demanda as relações de poder. A noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção dos sentidos, e sua relação com a ideologia, (ORLANDI, 2015 [1999]).

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito (ORLANDI, 2015 [1999]) retomando Pêcheux). O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter sentido e não outro.

As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2015 [1999], p. 41).

Ou seja, as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.

Tendo como base que as formações discursivas são regionalizações do interdiscurso, memória que atravessa o sujeito e o sentido, num movimento incessante e inconsciente, este disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra.

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes (ORLANDI, 2015 [1999], p.38 – 39).

Por exemplo, a palavra “ditadura” significa, pois é atravessada no inconsciente do corpo social, mas seus resquícios permanecem na sociedade, em certos momentos, na vida cotidiana dos brasileiros, na família, na religião, no político etc. Devemos estar atentos às formações discursivas, ao observar as condições de produção, os efeitos de sentidos e ideológicos. Assim, devemos estar atentos ao funcionamento da memória e remeter o sentido à formação discursiva, e não à outra para compreender o sentido que ali está, seu caráter material.

### 1.1.8 Ideologia

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estrutura-funcionamentos.

Por isto, ao observarmos como a língua produz sentidos temos acesso ao modo como a ideologia está presente na constituição dos sujeitos e dos sentidos. A ideologia, por sua vez, está em que o sujeito, na ilusão da transparência e sob o domínio de sua memória discursiva – *alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente* – pensa que o sentido só pode ser “aquele” quando na verdade ele pode ser outro. O que lhe atribui esta evidência é, na verdade, o fato de que não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia, que torna evidente o que na realidade se produz por complexas relações entre sujeito, língua e história, resultando em diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2017, p.153).

Dessa forma, o sujeito é levado a interpretar o seu objeto simbólico que circula em seu entorno, para compreender o sentido de que ali está dito. Assim, interpreta-se e nega a interpretação, colocando no grau zero. O sentido é definido assim, quando na verdade ele é produzido pela relação com o simbólico e o histórico. (ORLANDI, idem 2017), ou seja, a linguagem e a história sem espessura, sem opacidade, este é o trabalho da ideologia: o homem numa relação imaginária com suas condições materiais de existência, a partir da produção de evidências do sentido a que faz com que uma palavra designe uma coisa, apagando o seu caráter material, isto é, fazendo ver como transparente aquilo que é remetido a um conjunto de formações discursivas, que funcionam com uma dominante.

As evidências funcionam através do esquecimento e assujeitamento que se realizam sob a forma da autonomia, como um interior sem exterior, esfumando-se a determinação do real.

Dessa forma, ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. E o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história.

Interpretação é sempre sujeita às condições de produção. Não é um mero gesto de decodificação, de apreensão de mundo. Não é livre de determinações históricas e também não é qualquer uma e é distribuída da formação social (ORLANDI, 2015).

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá (ORLANDI, 2015 [1999], p. 43).

Nesta perspectiva, o homem é levado a pensar que é fonte do dizer, na relação simbólica com o mundo, o sentido e a ideologia.

Para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido (ORLANDI, 2015 [1999], p.45).

Desse modo, as condições de produção dão as possibilidades da interpretação do que está sendo dito em um dado momento para fazer sentido, através da memória institucionalizada e a memória constitutiva.

A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: **a.** a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; **b.** a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (ORLANDI, [2015] 201, p.45).

Sendo assim, o sujeito é levado a interpretar a sua realidade como sistemas de significações percebidas e experimentadas em seu meio social, o qual é interpelado pela ideologia.

### **1.1.9 Sujeito e forma histórica**

A forma-sujeito da sociedade atual espelha a contradição: sujeito livre e submisso, ou seja, liberdade sem limite e submissão sem falhas, desde que se submeta a língua:

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 2015 [1999], p.39 - 48).

É nessa tensão, entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso que sujeito e linguagem têm a ideia de sujeito livre, ideia de liberdade, dono de um “já dito”, tendo em si a garantia de um sujeito gramatical:

Tomando em conta a relação da língua com a ideologia, podemos observar como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz (ORLANDI, 2015 [1999], p. 39 - 48).

Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de se tornar seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade.

A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. É preciso acrescentar que a noção de sujeito-de-direito se distingue da de indivíduo. O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista (ORLANDI, 2015 [1999], p. 48 - 49).

Ou seja, o indivíduo é levado a uma submissão que garanta sua responsabilidade de seu discurso nas esferas onde transita, conforme suas condições de produção, pois o indivíduo é sócio-histórico e é assujeitado pela língua.

No entanto, se levamos em conta, como na Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de apreender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto primitivo da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder (ORLANDI, 2015 [1999], p. 50).

É a língua que é a base da constituição do assujeitamento do homem, através do sentido e ideologia na posição-sujeito em condições de produção do discurso.

#### **1.1.10 Incompletude: movimento, deslocamento e ruptura**

O sujeito significa impelido pela língua, pelo mundo, pela história, ou seja, os fatos reclamam sentidos por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas, por isso:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, da relação, da falha, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. Entretanto, não é porque o processo de significação é aberto que não seria regido, administrado (ORLANDI, 2015 [1999], p. 50).

Nesse processo, o simbólico tem lugar movente entre a paráfrase e a polissemia, entre a necessidade e o acaso do mundo e da linguagem, ou seja, no discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua, na história sua materialidade, que reclamam sentidos, pois:



[...] é pela sua abertura que ele também está sujeito à determinação, institucionalização, à estabilização e à cristalização. Esta é ainda uma maneira de referir a linguagem aos limites moventes e tensos entre paráfrase e polissemia. Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca (ORLANDI, 2015 [1999], p. 50).

Assim, o sujeito significa, interpelado pela língua na sua realidade, por se inscrever em diferentes formações discursivas, em que um processo simbólico representa nos discursos, ocorrendo assim, o deslocamento, a ruptura. É nesse movimento do discurso que se dá o encontro entre língua e ideologia.

### **1.1.11 Paráfrase e efeitos metafóricos**

A paráfrase e efeitos metafóricos, apesar de totalmente diferentes, a distinção é sustentada em um mesmo ponto que desliza. Logo, há um mesmo, o já dito, nessa diferença. Tanto o mesmo como e diferente são afetados pelo efeito metafórico, haja visto que:

Em princípio não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso na sua literalidade. Segundo Pêcheux (1975), o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Ainda segundo este autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (ORLANDI, 2015[1999], p. 42).

A metáfora (cf. Lacan, 1966) é aqui definida como a tomada de uma palavra por outra. Na análise de discurso, ela significa basicamente “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam. (ORLANDI, 2015 [1999], p. 42).

## 1.2 A Análise de Discurso e o não verbal

O estudo do não verbal já realizado por adeptos de diferentes áreas do conhecimento – sobretudo da Semiologia ou Semiótica – envereda por uma perspectiva diferenciada, do objeto da Análise de Discurso.

A Semiologia, de fato, se desenvolve como uma disciplina voltada à análise do não verbal, mas quando se atém ao método da Linguística, tendo na sua base a noção de signo saussuriano, dá lugar ao reducionismo do verbal ao não verbal, não colocando em causa a especificidade do signo não verbal. Apaga-se, então, a diferença entre linguagem verbal e não verbal, tudo se mostra, ou funciona, como a palavra.

Trabalhos pioneiros, na Análise de Discurso no Brasil, podem ter como referência, Orlandi (1992, 1995) e Souza (a partir de 1997). Orlandi, no percurso de sua obra, define as formas de não dizer que não se relacionam com o dito, como faz Ducrot (1982), com a definição de implícito, tais como: interdiscurso, ideologia e Formação Discursiva. E explora significativamente as formas do silêncio no âmbito da discursividade.

Souza (1994), ao trabalhar como uma língua de oralidade – a língua Bakairi -, já discute aí a relação sonoridade e sentido, descrevendo o papel da prosódia, dos sons imitativos, da fuga dos padrões sonoros, e outros recursos, no tecido textual de uma língua, em cuja história não se deu o advento da escrita. Mais tarde (1996 e 1997), à feição de como Orlandi explora o funcionamento ideológico do silêncio, envereda pela discussão da relação imagem e discurso. Abrindo, assim, um campo fértil de discussão e investindo na análise de diferentes formas de suporte da imagem: a mídia impressa, a fotografia, a imagem em movimento, os grafismos etc.

Considerando que nosso *corpus* abrange o verbal e o não verbal, com foco no figurino proposto por Zuzu Angel e em duas edificações urbanas, como a nomeação de um túnel, com seu nome, e a colocação de um monumento, em São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, por ora, nos deteremos em abordar com mais ênfase as discussões sobre a relação imagem/discurso.

### 1.2.1 Imagem e discurso

Os estudos de Souza (2001) nos mostram como devemos analisar uma imagem, através da textualização do político no âmbito do não verbal. Uma imagem não está ali por acaso, ela está significando.

Souza (1997a, 1997b, 1999, 2000, 2001 e outros) inaugura o pensamento discursivo no âmbito da imagem. Essas investigações foram norteadas para a compreensão do uso da imagem em diferentes meios de comunicação. Souza (2001) propõe pelo menos três deslocamentos de ordem teórica para se pensar a imagem sob o viés discursivo: a) Aquele que denuncia o repasse do não verbal pelo verbal; b) aquele que trata, na sociedade de comunicação atual, da homogeneização das imagens; c) aquele que reflete sobre usos políticos da imagem. Não ter em conta essa tríade de reflexões é se aproximar de noções que apagam a materialidade discursiva da imagem retirando dela seu caráter político-ideológico, e que reduzem a imagem ao verbal, tendo-a de modo ‘traduzível’ pelo verbal, sem considerar seu caráter de linguagem com materialidade específica, como seus elementos de visibilidade, Ou seja:

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem, dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem. A palavra fala da imagem, a descreve e a traduz, mas jamais revela sua matéria visual. Por isso mesmo, 'uma imagem não vale mil palavras ou outro número qualquer'. A palavra não pode ser moeda de troca das imagens (Davidson, 1984). É a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem, e não sua co-relação com o verbal (Cf. SOUZA, 1998).

Souza (Cf. 2013) menciona que “um dos nós da arquitetura do não verbal parece residir na possibilidade de se trabalhar com paráfrases visuais – ou pelo trabalho da policromia”. Policromia foi definido por Souza (2001), com o seguinte conceito:

Recorta o que a imagem tem de heterogêneo, revelando uma gama de elementos – cor, luz, ângulo, detalhe, etc – que ao possuírem uma correlação entre si projetam na imagem uma identidade passível de inúmeros sentidos. Essa rede de elementos nem sempre é visível, daí se dizer que “as imagens não são visíveis, tornam-se visíveis a partir da possibilidade de cada um projetar as imagens possíveis, que, necessariamente, não compõem a estrutura visual do texto não verbal em si, mas que compõem a rede de imagens mostradas, indiciadas, implícitas, metaforizadas ou silenciadas”.

A pesquisadora assegura que “ao se analisar uma imagem pelo viés da policromia, se direciona e se constrói o próprio olhar através dos gestos de interpretação”. Souza (2013) define ainda que isso são “gestos que, a um só tempo, recortariam as paráfrases visuais que constituem o corpo da imagem e dariam lugar aos deslizamentos de sentidos, aos efeitos metafóricos, ordenados pela injunção do dizer”. Entender a imagem está intrinsecamente ligado à relação com a cultura, com o social, com o histórico e com a

formação social dos sujeitos (SOUZA 1997), assim como a linguagem verbal. A palavra não pode ser moeda de troca de imagem, por isso “imagem não vale mil palavras, ou número qualquer”. Isso porque, como reflete Souza (2001): a imagem também informa, comunica, e sim porque - em sua especificidade - ela se constitui em texto, em discurso. E nesse ponto, sublinhamos que falar dos modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem (Cf. SOUZA, 2001).

Esse ato de interpretação procura “entender tanto como ela se constitui em discurso, quanto como ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais” (SOUZA, 2001).

Vale ressaltar, que há imagens que não são visíveis “porém, sugeridas, implícitas a partir de um jogo de imagens previamente oferecidas. Outras são apagadas, silenciadas dando lugar a um caminho aberto à significação, à interpretação” (Cf. SOUZA, 1997b). Segundo a cientista da imagem, “paradoxalmente, é justamente o gesto de apagar, de silenciar que faz revelar o não-acontecimento” (Cf. SOUZA, 2000).

É, nesta perspectiva, que vamos analisar as imagens selecionadas que estão dispostas no *corpus* do nosso trabalho.

## 2 MÉTODO

Neste capítulo apresentaremos a construção do método em Análise de Discurso de linha francesa, que determina gestos de interpretação sobre a discursividade, objeto de análise. Dessa forma, vamos apresentar o arquivo, o *corpus* e as estratégias de análises.

### 2.1 Apresentação do *Corpus*

A concepção de *corpus* em Análise de Discurso (escola francesa) se divide em dois eixos: *corpus* empírico e *corpus* discursivo. O *corpus* empírico (ou arquivo) compila todos os documentos (verbais e não verbais), reunidos pelo analista. Quanto ao *corpus* discursivo, este abrange o material selecionado do arquivo, bem como as sequências discursivas e recortes que definem o eixo da análise. Vale destacar que tal noção se aplica aos textos em linguagem verbal e não verbal. Quanto aos recortes sobre o não verbal, vamos partir da noção de arquitetura do não verbal, formulada por Souza (2018 e outros).

A construção do nosso arquivo/*corpus* empírico se deu a partir de pesquisas feitas de forma remota em sites oficiais sobre o caso Zuzu Angel, jornais de época, artigos de diferentes autores disponíveis *on line*, memorial da ditadura e Acervo Digital Zuzu Angel, cujos endereços estão disponíveis na seção Referências. Além desses recursos, temos o livro *Eu, Zuzu Angel procuro meu filho* (1986) e o filme *Zuzu Angel* (2006; acessível em [www.zuzuangel.com.br/coleções](http://www.zuzuangel.com.br/coleções)).

Ainda a observar, no Acervo Digital Zuzu Angel (<https://acervo.zuzuangel.com.br>) há referência às duas cartas endereçadas ao General Geisel, uma primeira datilografada e a segunda manuscrita. É esta segunda carta que nos propomos a analisar.

### 2.2 Construindo o arquivo

Dada essa divisão, nossa análise vai recair sobre dois tipos de materialidade, o verbal – inscrito na carta de Zuzu Angel e endereçada ao presidente da República Ernesto Geisel; o não-verbal – imagens/design das roupas denunciando a ditadura; em sua homenagem, o espaço urbano – o túnel que liga Gávea a São Conrado-RJ com o nome da estilista (após sua morte), o monumento (estátua), sentido Lagoa/Barra no RJ. Também em sua homenagem, no campo do verbal, analisaremos as canções *Angélica e Pedaco de mim*, compostas por Miltoninho e Chico Buarque de Holanda. Os dados de minha investigação são analisados, segundo determinadas condições de produção, que

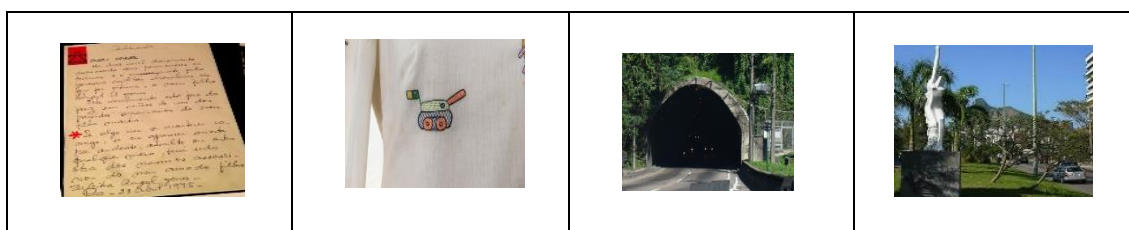
constituem o caso Zuzu Angel durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, em território brasileiro. Ainda no âmbito do não verbal, vamos analisar o tipo de escrita e de papel nas cartas enviadas a Ernesto Geisel. A seguir, quadro ilustrativo do *corpus*:

Quadro: 1

<b>Modalidade</b>	<b><i>Corpus</i></b>
<b>Verbal</b>	<b><i>Cartas de Zuzu denunciando o regime militar</i></b>
<b>Não-Verbal</b>	<b><i>Roupas desenhadas por Zuzu denunciando o regime militar</i></b> <b><i>Grafia e tipo de papel usados nas cartas</i></b>
<b>Urbano</b>	<b><i>Túnel e Monumento em sua homenagem</i></b>
<b>Artístico</b>	<b><i>Canção/poesia: Angélica e Pedaco de mim</i></b>

Fonte: organizado pela autora

Quadro: 2



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Enfim, para a AD a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos: “em geral distinguimos o *corpus* experimental e o de arquivo. Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a Análise de Discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes natureza: imagem, som, letra, etc” (ORLANDI, 2015[1999], p. 60).

### 2.3 Estratégias de análise

Como na AD, a delimitação do corpus não segue critérios empíricos “Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos de horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável”. (ORLANDI, 2015[1999], p. 60).

Os dados de minha investigação são trabalhados a partir de uma materialidade que constitui discursivamente o caso Zuzu Angel na ditadura militar no Brasil, mais precisamente nos anos de 1964 a 1985, e com ênfase nos anos 1970 a 1976, quando nesse período ocorre toda a saga de Zuzu Angel que culminou com sua morte em 1976. Sua luta se inicia com o desaparecimento e confirmação da morte de seu filho Stuart Angel Jones, corpo nunca encontrado.

Uma vez delimitado nosso *corpus* que se liga diretamente à análise, como diz Orlandi (idem), chegamos ao que se pode considerar uma montagem discursiva, a qual é estruturada em sequências, sendo estas possíveis de recortes, como propõe Courtine (2016):

O discurso como objeto deve ser pensado na sua *especificidade*. A adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar, se é verdade que o discurso pode ser pensado como uma relação entre o linguístico e o ideológico, reduzir o discurso à análise da língua ou lhe dissolver dentro da perspectiva histórica sobre a ideologia como “representação”. Pelo contrário, se trata de manter a análise linguística, da qual certos procedimentos – notadamente sintáticos – fornecem a linguagem de descrição e a técnica de manipulação. De sequências discursivas, e, por outro lado, a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso. E com isso levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, isto é, que produz seu lugar de proposições teóricas (COURTINE, 2016, p.15).

Enfim, pelas questões apresentadas, minha posição é tomar os fatos na ordem sócio-histórica, cuja especificidade pode ser resgatada pelo funcionamento da língua, da história e do inconsciente.

### 3 O CASO ZUZU ANGEL

#### *Zuzu, caneta que não apaga!*

As condições de produção da análise de nosso *corpus* preenchem dois momentos históricos: o regime militar no Brasil e o movimento de redemocratização do país, instaurado em 1984.

Esses dois momentos nos levam a: (i) fazer uma caminhada pela ditadura militar, destacando aí a posição discursiva hegemônica do Estado; (ii) analisar a carta endereçada por Zuzu ao General Geisel e o comunicado enviado aos amigos; (iii) focar a posição discursiva que se instituiu com o novo Estado democrático, em especial, quando homenageia Zuzu com a nomeação do túnel onde foi assassinada com seu nome; (iv) entender o porquê da edificação de um monumento numa praça e (v) analisar as canções *Angélica e Pedaco de Mim*.

#### 3.1 Zuleika de Souza Netto/Zuzu Angel – Biografia

Escrever a biografia de Zuzu Angel, hoje, é apontar alguns caminhos já escritos na história, é rever o que já foi dito e trazer a atualidade, por isso, recorri aos escritos de sua filha Hildegard no livro publicado em 1986, escrito por Virginia Valli sua tia. *Eu, Zuzu Angel procuro meu filho* (p. 17, 18, 19, 20, 21, 22).

Nesta leitura, sobre sua caminhada, trago alguns pontos sobre nosso objeto de análise: o funcionamento da linguagem nos *designers* da nossa estilista brasileira.

Zuleika de Souza Netto, nascida em 05 de junho de 1921, em Curvelo no município brasileiro no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país. Foi criada em Belo Horizonte, família de classe média, mais muito intelectualizada.

Zuleika era taquígrafa em inglês e, em 1943, casou-se com Norman Angel Jones, que veio ao Brasil a serviço do governo americano para comprar cristal de rocha. Ela o conheceu na casa de um tio que era uma espécie de intermediário de cristais. Depois do casamento, o casal foi morar em Salvador, onde, em 1946, nasceu seu primeiro filho, Stuart Angel Jones. Em 1947, a família se mudou para o Rio de Janeiro, onde nasceram as duas filhas, Ana Cristina e Hildegard Beatriz (SILVA, 1986, p. 88).

Hildegard (1986) nos conta que sua mãe foi sempre muito caprichosa, gostava de coisas boas. Daí que em casa, tínhamos bonitos móveis antigos oriundos de Belo Horizonte e da Bahia, onde ela, recém-casada, morou com o meu pai e onde nasceu meu



irmão – em Salvador. Ela tinha orgulho das suas coisas, gostava de receber as amigas para chás (tomar chá era um hábito que ela cultivou toda a vida), e servia tudo com muito requinte. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.18).

Começou a profissão de costureira (e depois de *designer*) na cidade grande e contou muito com as amizades que tinha das mineiras do governo JK, que formaram seu time inicial de freguesas.

Com os tecidos que papai lhe trouxera de uma viagem (que ela, por sinal, julgara muito feios) e mais alguns metros de panos de colchão, misturando-os a fitas de gorgorão, ela fez suas primeiras criações (saías *ballonées*). Até então mamãe vinha costurando com um grupo de senhoras, graciosamente, para obra Pioneiras sociais, de dona Sarah Kubitschek. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.17).

O apartamento onde morávamos, na rua Barão da Torre, com grande quintal, era térreo, mas apenas dois quartos. Daí que o improvisado ateliê de costura funcionava no quarto onde dormíamos, Ana Cristina, Eu e Tuti. Ali ficavam penduradas as saias, prontas, à espera das compradoras. Mamãe foi apelidada de “Zuzu Saias”. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.18).

Foi naquele apartamento que ela recebeu sua primeira cliente “estrela internacional”: Yvone de Carlo (levada pela Lucia Stone), que encomendou uns xales de *chiffon* com passamanarias douradas – contava mamãe – iriam ser usados num filme. Era a época do lançamento de “Os Dez Mandamentos”. Lembro-me que eu voltava do colégio, de uniforme, e ficava rodeando as provas da Sra. De Carlo que, uma vez pediu: “Tire a menina de perto”. Ao que mamãe respondeu: “Ela é minha filha, a casa é dela, e vai ficar”. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.18).

Sempre foi assim, reagia rapidamente se, porventura, alguém desmerecesse qualquer filho seu. Jamais me lembro de ela ter tomado partido dos professores nos colégios se, por acaso, eles se queixassem de nós injustamente.

As compradoras eram também contagiadas pelo *charme* de minha mãe. Acabavam amigas dela. Era boa dona de casa, sabia fazer pratos gostosos e até algumas receitas da minha avó “americana” (que na verdade era inglesa). Trabalhava muito e, para dar conta de tudo, pegou o hábito de anotar, anotar todas as coisas para nada esquecer. Distribuía bilhetes a torto e a direito para as costureiras, deixava tudo por escrito. Cortava pano sem parar, até de madrugada, se necessário. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.18).

Inserida nessas condições de produção, toma para si o prazer da arte de costurar em todas as suas estruturas (modelar, cortar e costurar), e mais tarde em desenhar os seus próprios modelos de vestuários.

Cada encomenda entregue era mais dinheiro que entrava, era uma dívida saldada, era a prestação da máquina industrial resgatada, era o agiota que recebia seus juros em dia, eram as mensalidades de nossos cursos de inglês, teatro, dança, francês. Nós três, graças à minha mãe, por seu empenho pessoal, sempre tivemos os melhores colégios, fizemos curso de tudo que nos passava pela cabeça, não tivemos nenhuma vocação frustrada. A gente praticava esporte, Stuart fazia tênis, natação, capoeira, levantamento de peso (ele queria ficar musculoso, tinha essa preocupação quando adolescente) e, depois, remo. Éramos sócios do Caiçaras, um bom clube de Ipanema, cujo o título mamãe depois vendeu já que paramos de frequentar e as taxas eram muito altas. Enfim o dinheiro de mamãe, ganho com muito suor, era integralmente empregado na educação dos filhos e também no próprio negócio. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.19).

Zuzu gostava de ler. Graham Greene era um de seus autores preferidos. Lia, porém, quase sempre em inglês, idioma que dominava (até taquígrafa em inglês ela era). Era muito inteligente e rápida, mas tinha uma boa fé muito grande. Às vezes, surpreendia-se fazendo o papel de boba, pois confiava na honestidade dos outros, em sua sinceridade. Julgava as pessoas por si própria e, às vezes, se enganava. Ela foi moldada pelo trabalho, nas dificuldades, na vontade de vencer, no sofrimento e num grande amor pelos filhos. (Cf. HILDERGARD ANGEL, 1986).

A criatividade de Zuzu foi crucial pela procura do filho.

Na profissão, Zuzu era ousada e criadora. Os panos de colchão de suas primeiras saias depois viraram modas, bem como o zuarte, as fitas de gorgorão. Tudo ela usava como recursos imaginativos, já que não dispunha de capital para comprar tecidos caros:

E no decorrer de sua carreira de figurinista, ela sempre inovou. Misturava estamparias nos vestidos, misturava xadrez com *pois*, desfilava noivas de calças compridas (um sacrilégio na época), lançava renda do norte, fazia roupas de chita com rendão. Costurava pedras semi preciosas de Minas nos vestidos (V. linha *Maria Bonita* que ela lançou em Nova York), aproveitava o folclore. Fazia coisas imagináveis chegando a ser muito escarhecida então e posteriormente, copiada por outros figurinistas. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p. 21).

Não era uma radical, nem de direita nem de esquerda, mas o *desaparecimento* do meu irmão tornou-a uma anti-militarista ferrenha. (Cf. HILDERGARD ANGEL, 1986)

E nessa peleja dos últimos anos de sua vida, demonstrou coragem e audácia. Para alcançar seu objetivo, não tinha acanhamentos, pudores ou timidez. Batia em todas as portas, fazia comícios em fila de banco, de supermercado, onde encontrasse gente para escutá-la; chorava em público. Era corajosa, envolvente, charmosa, comovente e mesmo dentro daquela grande tristeza, continuava uma mulher alegre. Em sua linda loja (que sucedeu ao ateliê em casa), punha os discos de Chico Buarque em alto e bom som. Identificava-se com as suas letras, cantarolava sua música. Era sua revolta, seu protesto cantarolado. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.21).

A ousada criatividade de denúncia da ditadura do Brasil. Seu estilo nas cores coloridas e alegres da natureza, uma relação significativa para aperfeiçoar o seu trabalho como modista da época, valorizando a beleza e a originalidade brasileira, porque quando faz essa leitura de brasilidade com suas cores, rendas, pedras e conchas que tinha ao seu alcance, Zuzu começa, então, a discursivizar o país através da linguagem não verbal extraída da confecção de suas roupas, jogos de sentidos através de sua arte.

O drama motivo-a criar e a criar cada vez mais. A linha dos passarinhos (Vianinha, ao entrar na loja, dizia sentir-se um São Francisco de Assis), os anjinhos (nasceram da morte do meu irmão) se tornaram símbolos que veio a ser cada vez mais presente e forte em sua moda. Fez a linha de protesto (anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás de grades, *jeeps* e *quépis*) a primeira que aconteceu num desfile de modas. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.21).

Na fase final da vida, sua luta transformou-se numa obsessão e, por isso mesmo, ainda mais admirável. Aquilo que tanto fazia vibrar, as notícias no exterior, as vendas, as clientes ilustres, para ela já não tinham tanta importância. Mas, mesmo assim, ainda desenvolvia projetos. Ia lançar seu perfume e uma linha de roupas de banho. As encomendas de exportação vinham de vários lugares do mundo. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.22):

No entanto, sua força mental maior era usada para mimeografar poesias sobre Stuart, enviá-las clandestinamente aos milhares, pelo correio, denunciando sua morte. Peregrinava de casa em casa, procurava influentes. Ela própria começou a escrever, com sua ação, a história do filho mártir. Queria deixar bem documentada a importância do seu sacrifício. (HILDERGARD ANGEL, 1986, p.22).

No final dos anos 1950, começou a trabalhar como profissional da costura. Mais conhecida como Zuzu Angel, a ativista, foi uma estilista renomada no Brasil e em diversos países do mundo.

Ao se divorciar, Zuzu abriu uma loja de roupas em Ipanema. Após muito sucesso em solos cariocas, Zuzu Angel “expandiu seu trabalho e chegou ao mercado norte-americano. Foi vitrine de grandes lojas de departamento e ganhou editoriais importantes. Chegou a ter clientes famosas, como as atrizes Kin Novak e Joam Crawford” (PORTAL E-BIOGRAFIA, 2017).

Ao mesmo tempo em que a carreira profissional da estilista mineira decolava, Schemes (2012) conta-nos que

O Brasil vivia uma ditadura militar, que iniciou em 31 de março de 1964, com um golpe que se originou numa grave crise político-militar que se instaurara no Brasil. A explicação para o golpe, dada pelo General Mourão Filho, foi a intenção de fazer cumprir a constituição de 1946, alegando legitimidade como uma forma de restauração da democracia e desenvolvimento econômico promovido juntamente com justiça social e segurança. Segundo Rezende (2001, p. 68), “no plano da ação política assistia-se, ao mesmo tempo, à negação absoluta da democracia e à busca de legitimidade através da formulação de um pretenso sistema de ideias e valores sobre ela” (SCHEMES, 2012, p. 9).

A perseguição política iniciou pelos próprios militares, “[...] seguida de sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos” (COLLING, 1997, p. 30).

Ao final da década de 1960, com o aumento da repressão, “iniciou-se o confronto armado contra o governo, que foi fomentada, principalmente no meio acadêmico, onde havia um elevado nível de discussão de ideias revolucionárias”. (COLLING, 1997)

A estilista que, nesse período, era um sucesso de crítica e de vendas no Brasil e no mundo, tinha seu filho, Stuart Edgar Angel Jones, como membro ativo da “juventude universitária, de onde se recrutava a maioria dos militantes de esquerda, que fazia da política um modo de viver”. Essas organizações, além de formarem guetos e esconderijos era palco “de discussão política, as festas eram do partido, as diversões ocorriam no âmbito do partido [comunista], assim como também os namoros. Cinema e teatro só se fossem engajados politicamente, música também” (COLLING, 1997, p. 32).

Stuart Angel Jones, então estudante de Economia, o filho de Zuzu Angel, passa, a partir de 14 de maio de 1971, a ser um preso da ditadura pelas práticas e ideias revolucionárias. SCHEMES (2012) menciona que, enquanto Zuzu fazia sucesso no exterior, seu filho Stuart, aqui no Brasil, fazia parte da juventude universitária revoltada contra a repressão imposta pelos militares e foi preso em maio de 1971, sendo torturado e assassinado pela ditadura militar.

Relatos de um dos militares da época ao jornal O Globo mensuram que Stuart Angel foi espancado e arrastado, por agentes da ditadura com a boca amarrada ao cano de descarga do jipe de um oficial. O corpo do filho de Zuzu Angel nunca foi encontrado. Dessa forma, SCHEMES, comenta que:

Zuzu Angel iniciou, assim, sua luta por legitimidade, por lhe ser concedido o direito de enterrar seu filho, enquanto os governantes negavam qualquer envolvimento no desaparecimento do rapaz. Essa luta culminou com o desfile intitulado *International Dateline Collection III – Hollyday and Resort*, apresentado na casa do cônsul brasileiro, em Nova York, em setembro de 1971. (SCHEMES, 2012, p. 8).

Zuzu Angel percorreu o mundo denunciando o que ocorria no Brasil e o fato de terem torturado e sumido com o corpo de seu filho. Assim, Zuzu Angel reclama na busca pelo corpo de seu filho Stuart, no Brasil e no mundo.

Apesar do grito, a dor não passava. Zuzu Angel então decide denunciar o regime militar no Brasil através das roupas que desenhava. Conforme notícia do jornal, O Globo (2015) “o vestido branco de modelagem ampla e cheio de desenhos que parecem ter saído do universo de um menino, foi uma das bandeiras usadas por Zuzu Angel para protestar contra a ditadura”. A reportagem comenta que o objetivo de Angel era:

Chamar a atenção do mundo para o desaparecimento de seu único filho homem, o militante Stuart Angel, em maio de 1971. Na singela peça de algodão, tanques de guerra, soldados, canhões, quepes militares se misturavam a árvores, flores, casinha com chaminé, tambores e passarinhos. Anjos tristes, pombas negras e o sol quadrado completaram a apresentação, em setembro de 1971, em Nova York, inaugurando o desfile-protesto (O GLOBO, 2015).

Apesar dos esforços de Zuzu, a estilista teve seu carro sabotado e foi assassinada em um acidente de carro no Rio de Janeiro. Não podemos deixar de mencionar que Zuzu Angel deixou cartas registrando que tinha medo de sofrer atentados, muitas delas eram encaminhadas à Marieta Severo e a Chico Buarque, amigos da modista. Chico Buarque, então, compôs após a morte de Zuzu Angel a canção “Angélica e Pedaco de mim”, em homenagem a incansável luta de Zuzu, essas materialidades estarão presentes nas análises. A partir de agora darei continuidade – Zuleika de Souza Netto – somente por ZUZU ANGEL. Como ficou conhecida.

### 3.1.2 Regime Militar

Estamos na década de 1970, quando temos à frente do poder ditatorial o General Ernesto Geisel. Uma ditadura se caracteriza pela existência de um intenso controle do Estado na vida dos cidadãos, de circulação da censura, de ausência de eleições diretas e transparentes, da falta da liberdade partidária. Assim, essa configuração ditatorial se inscreve no que em AD chamamos de relações de poder, porque “as relações de poder são simbolizadas e isto é o político”. O povo, que é calado, silenciado e apagado e o Estado, que silencia, faz calar e extermina. Em resumo, essas práticas definem a posição discursiva de um Estado ditatorial que se impõe pela violência e truculência.

A ditadura é um fenômeno do século XIX, XX e XXI. Normalmente, os ditadores são representantes de uma das Forças Armadas, e conseguem o poder pela força. Assim, a ditadura no Brasil de 1964 a 1985, foi e é um acontecimento. Para a professora Orlandi:

O acontecimento discursivo dá-se justamente no ponto de encontro do interdiscurso (memória) e a atualidade. E, como sabemos, é o acontecimento discursivo que nos ensina que há sempre (outros) sentidos possíveis, ou, dito em outras palavras, que um acontecimento não para de produzir sentidos. (2015 [1983], p. 13).

A atualização de um acontecimento se faz por diferentes práticas que trabalham em prol do não apagamento da memória: uma dessas práticas está na narratividade que se inscreve na cidade: por que este túnel, e não outro se chama Zuzu Angel? A quem tal escultura homenageia e por quê? São lugares de memória, como define Pierre Nora: “são lugares em todos os sentidos do termo, vão do objeto material e concreto, ao mais abstrato, simbólico e funcional, simultaneamente e em graus diversos, esses aspectos devem coexistir sempre” (NORA, 1993, p. 21-22).

Este fenômeno ditatorial vive e re-vive, há constantes flertes do Estado brasileiro com políticas impositivas, e este acontecimento – ditadura – não deixa de re(produzir) sentidos e, mais uma vez, atualizar a memória.

Retomando os percursos da história, não há como falar dela sem falar do político instituído. Não há como não considerar história, acontecimento e memória, sem falar da produção do silêncio como consequência. A ditadura na historicidade brasileira é acontecimento em que os sentidos impõem limites para civis. A reflexão desta tese se investe de materialidade produzida por esse período da história brasileira, o caso Zuzu Angel, circulando pela estrutura e pelo acontecimento.

Reunindo estrutura e acontecimento, a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história (ORLANDI, (2015[1999], p. 17).

A reflexão do homem se constituindo na relação com o simbólico da ditadura na história brasileira inicia-se a partir de 31 de março de 1964, quando tanques do exército tomam o Rio de Janeiro. O então presidente João Goulart partiu em exílio para o Uruguai e uma junta militar assumiu o poder do país. Estava instituído o GOLPE. Nesse período de golpe, a linguagem instituída é aquela que impõe o medo e silencia, é que Orlandi trabalha com a noção de língua de espuma.

Para Orlandi (2007), a língua de espuma, falada pelos militares ditadores, trabalha o poder de silenciar. Vejamos:

Uma língua “vazia”, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam. É uma língua em que os sentidos batem forte, mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma “realidade”, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para essa mesma “realidade”. Historicamente, a língua-de-espuma é aquela falada, por exemplo, pelos militares no período que começam em 1964 com a ditadura no Brasil. Mas, pelas suas características, podemos alargar essa noção abrangendo toda expressão totalitária nas sociedades ditas democráticas. A língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar (ORLANDI, [2017] /2012, p. 98-99).

Ato contínuo, diz a história que em 15 de abril, o general Castello Branco tomou posse, tornando-se o primeiro de cinco militares a governar o país, nesse momento instaurou-se no país, como se sabe, uma onda de acontecimentos de censura, perseguição, violência e morte em nome da ordem e leis do Brasil. Em 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) aumentou a repressão institucional:

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de fôro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

- a) Liberdade vigiada;
- b) Proibição de frequentar determinados lugares;
- c) Domicílio determinado.

§ 1º O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

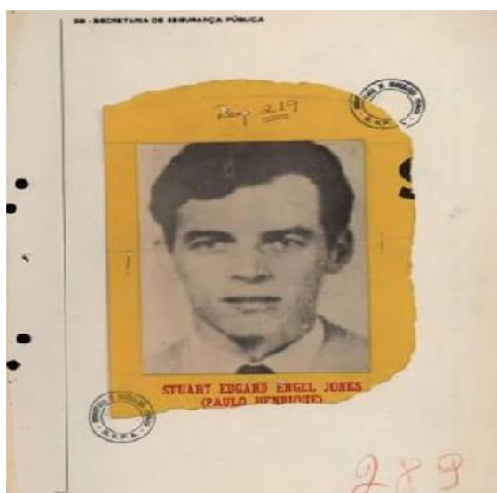
Art. 12. O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html> - 08/05/2023.

Com a instauração desse ato institucional, se acirram os inúmeros episódios de abuso de poder que surgiam no Brasil. Pessoas são acusadas sem fundamentos. Pessoas desaparecem e de forma dissimulada, o governo espalha cartazes como se estivesse “cumprindo seu papel” ao buscar os suspeitos. A foto abaixo estava afixada em uma das paredes do aeroporto Santos do Dumont no Rio de Janeiro, em final de 27 fevereiro de 1972.

Imagem: 1



Fonte: **Fonte: Acervo Zuzu Angel**



Mas o desaparecimento de Stuart é em 14 de Maio de 1971. Um ano depois, da foto ser afixada, em Maio de 1972, por ocasião do dia das Mães, Zuzu dirige-se à casa do presidente Geisel e deixa uma foto, solicitando a busca pelo filho. Ou seja, de forma cínica, a ditadura que, em 1971, já tinha assassinado Stuart em uma dependência do estado, espalhou cartazes pela cidade do Rio como se procurasse o “terrorista”. Fingindo desconhecer seu martírio. Se a mãe quer saber do paradeiro do filho, também dissimuladamente o Estado o quer.

A artista Elke Maravilha, amiga da mãe de Stuart, Zuzu Angel, aguardava um voo para São Paulo no aeroporto Santos Dumont quando viu um desses cartazes. Indignada com tanta farsa e tanto cinismo, avançou e rasgou o cartaz. Foi detida. Nascida na Alemanha, naturalizada brasileira, perdeu direito a tal cidadania por tal ato. Viveu apátrida por anos. Zuzu Angel, em reconhecimento pela atitude da amiga, assim se expressou:

Essa Elke Maravilha é mesmo maravilhosa. O Brasil precisava de muitas Elkes. Quando essa ditadura teve a ideia de mandar imprimir milhares de cartazes e espalhar por aí, com fotos dos “criminosos”, nossos filhos, poucos tiveram a coragem de falar a verdade e dizer que isto aqui era mesmo uma farsa escabrosa. Elke foi uma que não aguentou. Todo mundo estava cansado de saber que meu filho fora assassinado no CISA. E eles mandaram imprimir essa barbaridade para enganar os brasileiros que estavam ignorantes de tudo (VALLI, 1986, p, 103).

Stuart era procurado “oficialmente”, porém ele já estava desaparecido e assassinado. Esse método do Estado em procurar quem já estava morto serve para recuperar aqui a função do arquivo em Foucault:

O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade* (FOUCAULT, 2008. p.147).

Oportuno, aqui, é discutir o sistema de enunciabilidade complexo da ditadura. Existia uma foto deixada pela mãe para identificar seu filho, dentre tantos filhos desaparecidos, num apelo esperançoso de que o Estado pudesse ajudá-la como mãe e cidadã. Existia também uma foto do mesmo filho no acervo do Estado, dentre tantas outras fotos, qualificando os rostos como terroristas – função do arquivo. Mas nesse arquivo, o enunciado que os rotula discursivamente não é o de procurados, mas sim uma

forma de não dizer que já foram caçados e exterminados. Revela-se, assim, nesse sistema do **indizível** como trabalha o arquivo;

O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é sistema de seu funcionamento (FOUCAULT, 2008, p.147).

Ainda sobre a complexidade enunciativa do arquivo em jogo, há ainda a foto, fato que pode ser analisado, como propõe Souza (2021), pelo percurso do olhar:

Reafirmar que uma imagem vale em sua forma material não verbal significa também dizer que, a partir do lugar de cada analista, estamos diante de muitos sentidos possíveis, e que estes sempre podem ser outros. Trabalhar com o recorte – e não com a segmentação técnica da imagem – revela, em verdade, o percurso do olhar, estabelecendo assim os operadores que vão favorecer uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não verbal. Rede onde se textualiza o político, conceituada por mim como *policromia* (SOUZA, 1996 e 1997). Na base deste conceito, trabalha o radical *-cromo-*, aqui com o sentido aproximado de cromolitografia: arte de estampar figuras em relevo. Policromia recobre traços não verbais que **relevam ao olhar**. (SOUZA, 2020, p, 268)

O olhar do Estado dá relevo à face de um terrorista, o olhar da amiga denuncia a farsa, denuncia o invisível, como Souza o define – o real da imagem textualizando o real da história. O que, ao mesmo tempo, nos remete a Pêcheux (1990, p, 29), “há real, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo). [...] Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Eis aí a atitude de Elke Maravilha.

Os arquivos, segundo Foucault (idem), permitem o modo eventual de sua ressurreição definindo o modo de atualidade para gerações futuras. Esta foto acima, copiada de arquivo, mostra os procedimentos e cuidados do regime militar, na época, ao afirmar que estavam em busca de terrorista. Observamos, porém, que há duas noções de arquivo em jogo: o arquivo encoberto pelo jogo sujo de falsear os fatos, como o alarde oficial de se procurar um “mal feitor”, e o arquivo revelado no período pós-ditadura, quando se comprova, dentre muitos, os atos de desmando do regime militar.

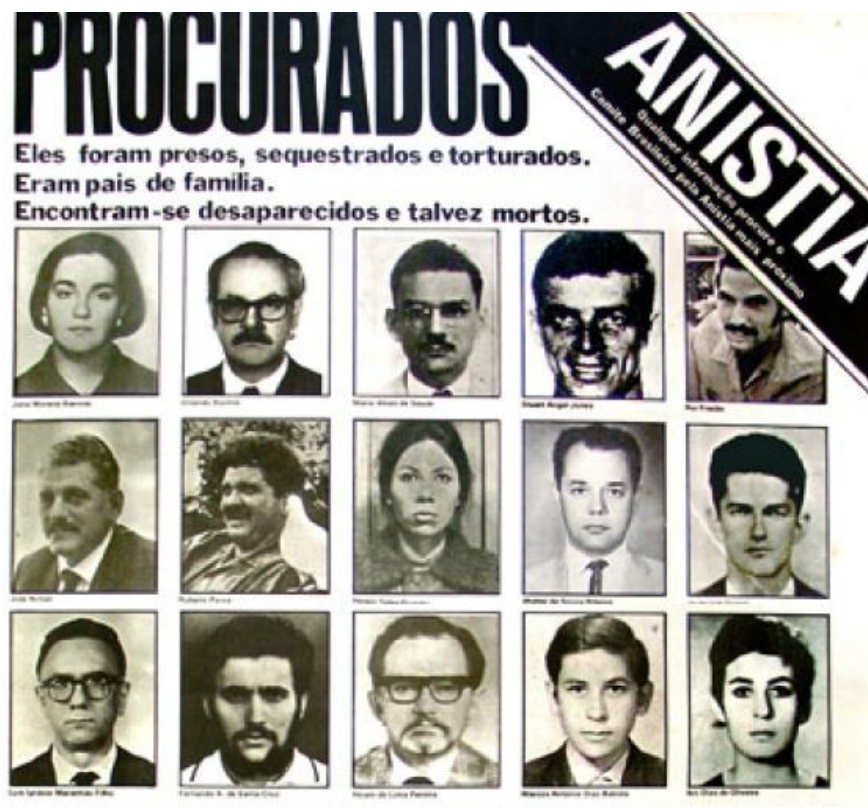
### 3.3 Formas de luta e resistência

#### 3.3.1 Contra-regime: redemocratização e justiça

Como propõe a Análise de Discurso, os sentidos são históricos e sempre podem ser outros. Os arquivos da ditadura são investidos de outros significados quando nos valemos deles para, não só tornar a denunciar aquilo que todos sabiam, mas eram impedidos de fazê-lo, como também trazer algum reparo/conforto aos familiares.

Hoje, buscamos na memória e arquivos os fatos deste acontecimento, a ditadura militar no Brasil. Não só Stuart foi assassinado pelo regime ditatorial, assim como inúmeros outros brasileiros, incluídos os indígenas com o maior número de mortos, dizimados neste período, por isso a importância de quê? De trazer à luz o trabalho da Anistia Internacional ao ressignificar o arquivo dos “procurados”:

Imagem: 2



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar

sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p, 13 - 15).

Ou seja, é preciso dar sentido, dar valor a todo e qualquer forma de saber e acontecimento, saindo do domínio da insignificância, ou seja,

Lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar e fazer jogar uma memória social. É preciso que o fato lembrado reencontre a sua vivacidade; não basta reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento passado, para se obter uma lembrança. É preciso que o fato seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social (memória coletiva). (Cf. PÊCHEUX, 2015[1999]).

As fotos dos procurados servem de documento e monumento para a criação do movimento de anistia. E dar lugar à fundação de outra memória, sem, no entanto, exorcizar o passado.

As práticas desses anos de chumbo trazem para as décadas seguintes resquícios fortes de violência militar contra cidadãos, como o caso das mães de Acari, no Estado do Rio de Janeiro, que assim como Zuzu Angel, também não tiveram o direito de enterrar seus filhos, pois os corpos nunca foram encontrados. Façamos, então, um parêntese em nosso percurso. Com o caso das “Mães de Acari”, verifica-se que o sequestro, tortura e sumiço dos corpos dão indícios de que o Estado continuou (e continua) a atuar com os mesmos requintes dos anos de chumbo.

Rio - Mães que enterram os filhos sentem a inversão da ordem natural do tempo. As que os perdem para a violência policial são vítimas, ainda, da inversão do papel do Estado. Em 26 de julho de 1990, 11 jovens moradores da favela de Acari foram assassinados em um sítio em Magé por policiais que atuavam em um grupo de extermínio da Baixada Fluminense. O movimento Mães de Acari, que na época lutava para encontrar os corpos dos jovens, nunca localizados, completa 30 anos com um triste cenário: as mortes violentas de crianças e adolescentes ainda estampam as manchetes, dando vida à outras redes de mães. [ <https://odia.ig.com.br/07/04/21> ]

Essas mães também se uniram para encontrar corpos de seus filhos. Tiveram ajuda da Anistia Internacional, da sociedade carioca e da mídia na ocasião. Assim como Zuzu Angel, Edmeia, mãe de um dos sequestrados que lutou até descobrir o que aconteceu com

o grupo de jovens, foi assassinada/silenciada. Contribui Orlandi (Cf. 2015), com uma afirmação que muito me toca, a estudiosa diz que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Se as personagens se multiplicam, o fato permanece: a morte em circunstâncias políticas violentas. Essa trajetória de paralelos entre a busca dos filhos (corpos) de Zuzu e das mães de Acari marca a história do Brasil produzida pelo Estado, que ocasionou e ocasiona outros silenciamentos.

Mais uma vez retomamos Pollack (1989, p. 13), dessa vez para justificar a quebra de nossa própria reflexão e fazer jus à Anistia Internacional:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. Pollack (1989, p. 13)

E entre mães, como Zuzu, Edmeia, eu própria e tantas outras. A diferença, porém, entre tantas mães está no tratamento do Estado com relação a elas: Zuzu ganhou homenagens, com nomeação de percursos, esculturas em praça pública, para ser sempre lembrada. As outras mães, não. Serão sempre esquecidas. É flagrante a discriminação racial e o elitismo por parte do Estado. Quem é Zuzu Angel? Todos, ou muitos, saberão responder. Quem é Edmeia?<sup>1</sup>...

Os atos de violência do Estado contra o sujeito cidadão, que se iniciam com o golpe militar em 1964, incidem hoje em cada morro, em cada comunidade, em cada casa em lugares simples e modestos do país, principalmente no Rio de Janeiro, em que as comunidades e principalmente moradores negros são duramente mortos por policiais militares, agentes do Estado, sem qualquer tipo de investigação. Aqui, cabe recorrer mais uma vez à noção de acontecimento de Pêcheux (1990, p. 16): “o encontro de uma memória com uma atualidade”.

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao professor Kleber Mendonça pela observação sobre formas de discriminação do Estado.

## 4 ROUPAS, CARTAS E HOMENAGENS

Neste capítulo, para atender aos objetivos a que nos propusemos, vamos nos deter na análise dos itens previstos em nosso *corpus*, os quais representam a incansável luta de Zuzu Angel contra o destino do filho: os detalhes nas roupas desenhadas por Zuzu denunciando o regime militar; uma carta de Zuzu, de 1975 endereçada a Ernesto Geisel, chefe maior da nação e um comunicado, endereçado a amigos, anunciando sua morte; a grafia e o tipo de papel usados nas cartas e as homenagens recebidas.

Em termos de materialidade discursiva, atravessa esse material a escrita verbal e não verbal, ambas investidas de significância dadas as condições de produção que sustentam nosso *corpus*. E o caminho da análise costura os fatos na cronologia dos acontecimentos.

### 4.1 Zuzu estilista, designers e denúncia

Começamos por lembrar alguns fatos já descritos aqui, para situar melhor o famoso desfile, ocorrido em Nova York, setembro de 1972. Em 1971, há o desaparecimento de Stuart. Neste mesmo ano, Zuzu Angel deixa uma foto do filho na casa de Ernesto Geisel e solicita que mande procurá-lo.

Um mês depois, são afixadas em vários locais fotos de procurados, sob a rubrica de “terroristas”. Dentre estas fotos, está uma de Stuart como sendo procurado, apesar de já ter sido assassinado. A reação de Zuzu a esse fato parece ser a de desenhar roupas com imagens que remetiam aos fatos do período pelo qual passávamos, mostradas em Nova York no ano seguinte: quepes, armas, tanques, grades, lugares...

## Moda protesto de Zuzu Angel em Nova York/ EUA

Imagem: 3

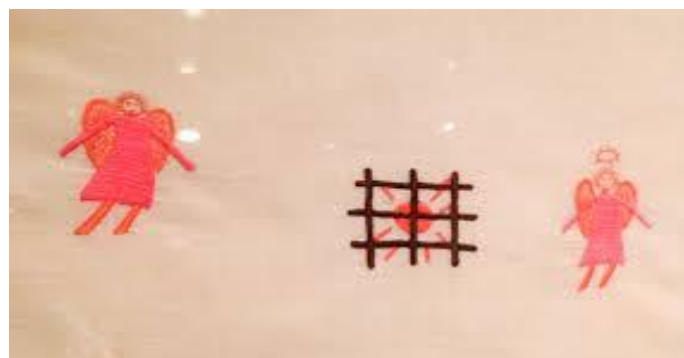


Fonte: Acervo Zuzu Angel

Recortamos algumas dessas imagens que ilustram bem esse gesto de Zuzu, mãe que não desiste de sua luta.

A imagem de um anjo aparece repetida em vários vestidos, como neste:

Imagem: 4



Fonte: Acervo Zuzu Angel

A imagem de dois anjos, um deles com uma auréola sobre cabeça, traduzem o nome em inglês ANGEL, e traduzem, ao mesmo tempo, a forma como a mãe o significa: um anjo, porém, aprisionado, que vê a luz do sol apenas entre grades.

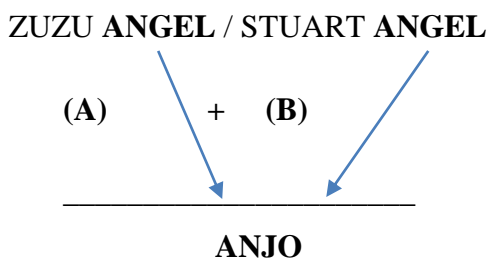
Não se tem aí, apenas um gesto de estética; há toda uma forma de textualizar sua posição política ao denunciar o regime, que aprisiona e tortura pessoas inocentes. Como propõe Souza (2018), há uma arquitetura do não verbal que textualiza o político:

[...] a arquitetura do não verbal se faz através de paráfrases visuais – ou pelo trabalho da policromia, como definido em Souza (2001) –, quando se opera com a articulação do que é visível ou está implícito, ou do que é apagado, ganha-se em visibilidade ao se atestar a falta do que um dia fora visível. Assim, a discursividade se constrói por um movimento de deslizamentos de sentido contínuo. Além disso, as paráfrases visuais tanto podem ser constituídas pelo sujeito no nível da formulação, do intradiscorso, quanto pelo analista, quando da apreensão do sentido no momento da circulação do texto não verbal (SOUZA, 2018, p. 26).

Há o funcionamento de várias paráfrases na materialidade inscrita nas roupas: a imagem do anjo que parafraseia Angel, nome próprio do filho; há um sol encoberto por grades no meio de dois anjos parafraseando o desmando que resulta em prisões aleatórias e há, ainda, anjos que parecem flutuar em fuga, para aonde? Stuart já tinha sido morto! Fuga talvez para o tão esperado lugar sonhado por Stuart, um país com liberdade do pensamento e do livre exercício da democracia. Seguindo Souza (2011):

Procuramos entender como uma imagem não produz o visível; torna-se visível através do trabalho de interpretação e ao efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar. Um olhar que trabalha diferente quando da leitura da imagem. O trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos.

Ainda, com Orlandi (Cf. 2015[1999]), recuperamos que a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas. Por essa questão de gesto de interpretação, considero que a imagem acima se inscreve na operação de deslizamento de sentido pelo algoritmo a seguir:





Dessa análise extraímos o anjo Stuart em consonância com o deslizamento de sentido “ANGEL”, seu sobrenome e também o sol e a grade da prisão como alusão ao lugar em que Stuart vivera por alguns dias. Em condições específicas ocorre aqui, como dissemos um deslizamento de sentido por efeito metafórico. Para Souza (Cf. 2018), “o enfoque discursivo das imagens não é, para nós, apenas uma questão de descrever a sua organização textual buscando entender aí traços de estética”. Souza (2001), nos direciona o pensar para dimensões que estão na incompletude da imagem, tomado por um gesto de interpretação recortado pelo olhar:

O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita. Movimento totalmente inverso ao que ocorre com a linguagem verbal: quanto mais se segmenta a língua, menos ela significa. Daí, não fazer sentido, numa abordagem discursiva, pensar a imagem, circunscrita numa moldura, como um todo coerente. Nem tampouco pensá-la como um "meio privilegiado das intenções comunicativas" (SOUZA, 2001, p. 65).

E nos interessa aqui ilustrar este caráter de incompletude com o desenho a seguir:

Imagem: 5



Fonte: Acervo Zuzu Angel

O desenho retratado na imagem 5, como qualquer outro texto, está sujeito a diferentes interpretações. Sujeitos e sentidos são históricos, por isso o sentido sempre ser outro. Pelo nosso olhar, há sobreposição de imagens na arquitetura desta que pode nos remeter a um palhaço devido ao cabelo, aos sapatos coloridos, às roupas de xadrez e a um rasgo de sorriso no rosto. Mas um palhaço que empunha uma arma em sentido de prontidão e cujas roupas se colorem com verde, amarelo, azul no chapéu em forma de

barco, – chapéu de soldado, como em brincadeira de a criança! – e branco. Com essa descrição abre-se a interpretação.

O colorido da roupa de soldado nos remete à imagem de um palhaço alegre e jovem, com as cores que representam a bandeira do Brasil, um dos símbolos do nosso país, em prol de uma luta, uma luta por direitos iguais, pois sua arma está com o cano direcionado para cima, em contraposição à figura dos assassinos. Uma arma colorida como efeito contrário às armas militares.

Duas imagens se sobrepõem: um soldado e um palhaço que sorriem e que empunham armas. Na carta que vamos analisar adiante, Zuzu relata o momento em que o filho foi brutalmente torturado por um dia inteiro, à frente de outros presos e sob a chacota dos soldados, que debocham da execução. Todo esse colorido e toda essa arquitetura complexa pode estar significando também uma crítica mordaz aos que tomaram para si o país, para poder matar impunemente e de forma exemplar. Como nos aponta Souza (Cf. 2001) “o texto de imagens também tem na sua constituição marcas de heterogeneidade, como o implícito, o silêncio, a ironia”. Marcas que também nos remetem ao que Orlandi (1984) descreve como o discurso lúdico, aquele em que se tem uma total reversibilidade entre locutores e uma polissemia em extremo, aberta, beirando ao non sense.



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Os traços da imagem do soldado-palhaço exploram a polissemia das cores, a polissemia da postura – um palhaço armado! Existiria uma situação mais sem sentido do que uma ditadura truculenta, que cerceia a liberdade de ir, vir, falar, pensar, que mata e debocha?

Uma outra imagem que analisamos é a imagem colorida que representa o tanque de guerra, usado nos anos de chumbo e traz no alto a bandeira do país. Símbolo da

imposição de uma ordem sem sentido: “Alguma coisa está fora da ordem. Fora da ordem mundial!” – canta o poeta.

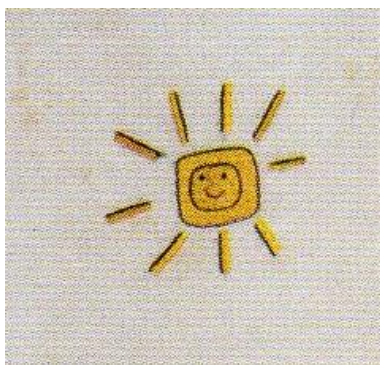
Imagem: 6



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Mais uma forma de se expressar pela imagem, denunciando a violência, a imposição de muitos sentidos fora de ordem. Falar da relação da imagem com o político, a nosso ver, é “apontar como o político pode se textualizar em imagens que, aliadas a outros recursos, têm a um só tempo a sua visibilidade apagada no intuito de dar corpo a uma memória da ordem do discurso, do ideológico” (Cf. SOUZA, 2001). Zuzu não só não deixou que a memória da violência se apagasse, como enfrentou tanques e fuzis com sua principal arma: a tesoura de uma estilista e mãe guerreira. Mas havia esperança:

Imagem: 7



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Até aqui, chegamos ao sol da liberdade, sonhados pela maioria dos brasileiros, o sol da esperança por dias melhores, pois: “Pensar a imagem como dispositivo de constituição do político é procurar entender toda sua eficácia simbólica e colocar à mostra o seu papel de intervenção na construção da memória” (Cf. SOUZA, 2006).

Zuzu Angel ao discursivizar suas roupas, inovava em forma de protesto através de suas imagens, bordadas em vestidos, feitos por ela em tom de denúncia, mostrando para

outros países o que estava acontecendo no país. Souza (Cf.2001) nos confirma essa observação porque: “quando assinalamos a forma como as imagens se textualizam, assinala-se também como se materializam os discursos, ou como trabalha a relação do real com o imaginário.” Os designers de Zuzu espelham armas, grades, dor, resumem a força da ditadura. Sua força, suas armas eram as roupas que, discursivamente, materializaram uma das formas de sua incansável luta.

Se o Estado desaparecera com o corpo de Stuart Angel, Zuzu o faz re(existir) através do (re)aparecimento em desenhos de suas roupas, o Anjo em alusão ao sobrenome ANGEL, ganha forma e cores em imagens que percorrem o mundo através da moda. Corpo e dor, ferida e cura, tudo num algoritmo só.

## 4.2 Zuzu mãe-guerreira

Em abril de 1975, Zuzu Angel se dirige, pela segunda vez, ao Presidente da República. Como da vez anterior, faz um apelo e roga pela “devolução” do corpo do filho. Já são quatro anos de espera.

Há vários aspectos a serem analisados, os quais preenchem a posição discursiva de uma mãe, ao mesmo tempo aflita e guerreira. Nas condições de produção em que esta carta é escrita, durante o duro regime militar, de anos de chumbo, Zuzu sabia o que ia enfrentar. Mas parece ignorar a quem se dirige e, convicta de seus direitos de cidadã, toma a liberdade de não só questionar pelo sumiço do filho, mas de denunciar o que lhe tinha acontecido.

Passemos, então, à análise da carta, segmentada por nós em diferentes sequências (SDs). No interior das SDs colocamos em destaque os recortes passíveis de análise. Tomamos como estratégia de análise, dois movimentos: um em que nos detemos na textualidade verbal e outro em que nos detemos na textualidade não verbal. Essas duas textualidades enlaçam os fios da discursividade da carta e pontuam o trabalho do político na articulação com o simbólico.

Assim, partimos da textualidade verbal para analisar o discurso que, como assinala Orlandi (2021), é

o lugar de observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua. O texto, redefinido, deve ser então considerado como o lugar material em que essa relação produz seus efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos. (ORLANDI, 2001, p. 86 - 87).

### 4.2.1 Textualidade verbal e posição-sujeito

Ao iniciarmos a análise desta segunda carta enviada, queremos frisar que a análise se dá por recortes, mas ao mesmo tempo não segue a sequência estrita dos enunciados em seu todo. O agrupamento das sequências (SDs) se dá em função dos princípios teóricos em pauta. Segue abaixo a cópia da carta enviada ao general Ernesto Geisel, quatro anos após ter enviado uma primeira carta. Em seguida, seguem as SDs sob análise.

## Imagem: 8

Excelentíssimo Senhor Presidente da  
República, General Ernesto Geisel.

Esta é a segunda vez que me  
dirijo a Vossa Excelência para ormai  
um doloroso apelo.

A pioneira, foi há quasi dois anos,  
em maio, por ocasião do dia das Mães.  
Naquele dia estive na sua residência e  
leveí a minha aflicção, pelo o que se-  
ria acontecido ao meu unico filho,  
Stuart Edgar Angel Jones, cuja foto  
deixei em sua casa.

A minha agonia é constante há  
quatro anos.

Que seria sido feito do corpo do meu  
amado filho? tão belo rapaz, tortu-  
rado e assassinado no CISA no  
Galeão, por ordem do Brigadeiro  
Burani, então comandante da 3ª zona  
aerea.

Até hoje não recebi por parte de au-  
toridades responsáveis, esclarecimento

algum.

Estou certa que Vossa Excelência,  
como pai e como cristão que é, há  
de compreender a angustia em que  
vivo há quatro anos. As notícias que  
continuo recebendo do martirio que  
meu filho sofreu são de entouquecer.

Meu filho tinha na época 26 anos.

Conforme carta que estou juntan-  
do em copia a esta, ele fora preso  
no dia 14 de maio de 1971, levado  
imediatamente para o CISA. Aero-  
nautica e sofrido toda a sorte de  
torturas, inclusive amarrado a  
uma vassoura da corporação e ar-  
rastado no patio. Com a boca no  
~~cano de descarga~~ ~~quasi colada~~  
ao cano de descarga, foi obrigado  
a ingerir os gases tóxicos que  
eram expelidos entre aulerações e  
feixadas contínuas.

13

Esta "operação" martirio durou um dia inteiro, desde cedo até ao escurecer, ante as chacotas e risos dos torturadores entre eles, soldados e oficiais da Aeronáutica.

Assassinado, o corpo do meu querido filho, não me foi entregue.

Sinto uma dor tão grande,

Agora, paucamente, sinto que posso escrever esta carta e sinto que posso acalantar uma triste e pobre esperança: Saber ao menos onde está o corpo do meu Stuart.

Rogo assim a Vossa Excelência, mandar apurar a responsabilidade do que ocorreu com o meu filho sacrificado.

Aguardando a decisão de Vossa Excelência, subscrevo-me respeitosamente.

Zuleita Angel Jones  
Rio de Janeiro 29 de Abril de 1975

Fonte: Acervo Zuzu Angel

**SD1: Excelentíssimo Senhor presidente da República, general Ernesto Geisel.**

No início de sua carta, Zuzu Angel dirige-se ao chefe maior de uma nação com o respeito que se dá a um presidente da república. Respeito esse materializado nas formas de tratamento previstas pelas regras da língua para se dirigir a um líder máximo da nação, mesmo que este seja o general que tem o poder de golpe e seja responsável por mortes e torturas, caso de uma ditadura que se configura com as forças armadas.

Como já observou Pêcheux (2011), a sintaxe é o algoritmo do discurso e é na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra e, de outro, o jogo e o movimento dos sentidos, que “os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 2001, p. 103). Ao se dirigir ao general, Zuzu obedece as regras da língua, joga com a sintaxe, mas rompe as fronteiras do dizer e do fazer, quando cobra direitos – a devolução do corpo do filho assassinado.

<b>SD2:</b> esta é a segunda vez <b>que me dirijo a Vossa Excelencia</b> para mais um <b>doloroso apelo</b>
---

<b>SD3:</b> Estou certa que <b>Vossa Excelência, como pai e como cristão</b>
--

Os recortes em negrito nestas SDs projetam duas formações imaginárias em jogo: a do líder da nação versus a mãe sofrida que apela a quem tem o poder maior, na expectativa de ter o corpo do filho de volta. As formações imaginárias são constituídas numa relação discursiva entre dois interlocutores. Ao descartar os esquemas tradicionais de como se dá a comunicação, Pêcheux (1969) desloca a noção de transmissão de informação, a substituindo por discurso, definido como “efeitos de sentidos entre os pontos A e B”, sendo A e B a projeção de interlocutores. Tais projeções são Formações Imaginárias, que cada locutor faz de si, do outro e da imagem que esse outro também faz de si; e que fazem do lugar que cada um ocupa e do lugar que o outro ocupa. E são a base das:

regras de antecipação: em todo processo discursivo o emissor projeta *uma antecipação das representações do receptor*, sobre a qual se funda a estratégia de discurso. A antecipação se institui atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969, p. 85-86).

Com base nesse aparato teórico, é que, de início, podemos dizer que Zuzu se projeta a partir da posição sujeito-mãe como uma mãe em sofrimento e em desespero, em função de outras projeções sobrepostas de Geisel: líder da nação, pai e cristão. Projeções que vão se configurando com o desenrolar da carta. Ainda sobre esse jogo de projeções, podemos recuperar Haroche (Cf. 1992) quando descreve como se institui a ilusão do sujeito: “uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas”. Zuzu toma a decisão de buscar respostas e de denunciar o fato – a morte do filho pelos militares, mas tem



consciência do que iria lhe acontecer – em abril de 1976, um ano depois de enviada a carta sob análise, morre num trágico acidente<sup>2</sup>. Morte anunciada por ela própria.

**SD4:** Naquele dia estive na sua residência e levei a minha aflição, pelo o que teria acontecido ao meu único filho, Stuart Edgar Angel Jones, cuja foto deixei em sua casa. A minha agonia é constante há quatro anos.

O que mais observamos nesta SD é um jogo de deslizamentos e apagamentos. São posições discursivas que, mais uma vez, constituem a formação discursiva de uma mãe em desespero. Segundo Pêcheux (1975), os deslizamentos de sentidos se dão num intervalo semântico ente X e Y, onde ocorrem os efeitos metafóricos.

Há uma cronologia de tempo marcada por um lapso de dois anos – intervalo entre as duas cartas enviadas e um lapso de tempo de quatro anos – desde que o filho desapareceu. Não houve resposta à primeira carta, mas Zuzu não cobra *explicitamente* a falta de resposta, e não cobra a postura de indiferença em relação à sua aflição. Silencia a cobrança, mas, para a AD, silenciar não é calar. Como defende Orlandi (1992), o silêncio funciona assim como ponto de fuga, como resistência, em que os sentidos desdobram-se e migram para outros lugares. “O silêncio é a garantia desta necessidade, pois o não-dito, o silêncio, significa” (ORLANDI, 2001, p. 130). E significa em determinadas condições de produção, como propõe Orlandi (idem), durante o regime militar, se instituiu a política do silenciamento, quando sob uma censura severa não se podia dizer qualquer coisa. Assim não se podia dizer x, dizia-se y. Zuzu não podia cobrar pela resposta à carta enviada, fala, então, da entrega da sua dor: “levei a minha aflição”. E, aqui, assinalamos um dos deslizamentos de sentido: carta → aflição. Aflição metaforiza todo o momento, o lapso de tempo sem resposta, a entrega da dor e a contínua espera. “Para a Análise de Discurso, não existe sentido que não seja metafórico, processo de substituição de um significante por outro na cadeia simbólica. Assim a metáfora se define como condensação de sentidos” (SOUZA, 2022, p. 417, lendo Pêcheux).

Para a AD, enquanto a metáfora é a condensação de sentidos, a metonímia é a falta, funciona pelo deslocamento. Existe sempre uma tensão entre metonímia e metáfora. Pêcheux observa que “o funcionamento do “*discurso-transverso*” remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da

---

<sup>2</sup> Mais adiante retomaremos este fato.

causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc” (PÊCHEUX, 1975, p. 166 apud SOUZA, 2022, p. 417). Não existe objeto que não seja metonímico. A metonímia estaria para o desejo, a falta. A foto do filho desaparecido funciona metonimicamente toda a história do filho e da mãe, metaforiza, ao mesmo tempo, Stuart Edgar Angel Jones e funciona como um discurso transverso<sup>3</sup> entre aquilo que o General poderia ter dito e aquilo que a mãe se propõe a dizer, mesmo quando silencia.

**SD5:** Que teria sido feito do corpo do meu amado filho? tão belo rapaz, **torturado e assassinado no CISA** no Galeão, **por ordem do Brigadeiro Burnier**, então comandante da 3ª zona aérea.

Até hoje não recebi por parte de autoridades responsáveis, esclarecimento algum.

Estou certa que Vossa Excelência, como pai e como cristão que é, **há de compreender a angústia em que vivo há quatro anos**. As notícias que continuo recebendo do **martírio que meu filho sofreu** são de enlouquecer.

Há um jogo tenso de relações de força na **SD5**. A posição discursiva da mãe em desespero é bastante complexa: a formação discursiva dominante é da denúncia, atravessada pela formação discursiva de quem acusa, nomeando o algoz – Brigadeiro Burnier – e de quem exige esclarecimentos. Há, sim, um enfrentamento, mesmo sabendo a autora da carta a quem se dirige, mas, ao mesmo tempo, procura quebrar esse enfrentamento, ao se dirigir na forma de *doloroso apelo a Vossa Excelência*, que no jogo de relações de força, ela o projeta *como pai e cristão*. É a partir dessa formação imaginária que recorta não a figura do general, mas a de pai e temente a Deus, que espera cumplicidade em sua dor. São diferentes formações ideológicas que se atravessam.

Retomando Pêcheux, podemos entender melhor a construção dessa posição discursiva, uma vez que as relações de força são constituídas pelas formações ideológicas que “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. [...] Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de *condições de produção*, identificáveis específicas a partir do que acabamos de designar (PÊCHEUX, 2014 [1990], p.163-164).

<sup>3</sup> Sobre o funcionamento do discurso-transverso durante o regime militar, confira-se Indursky (1997): A fala dos quartéis e as outras vozes.

Enfim, Zuzu toma deliberadamente uma posição acusatória, porém esta postura não encontra ressonância: são cinco anos de espera, sem retorno.

**SD6: Meu filho** tinha na época 26 anos. [...] ele **fora preso** no dia 14 de maio de 1971, levado imediatamente para o CISA – Aeronáutica e **sofrido toda sorte de torturas, inclusive amarrado a uma viatura da corporação e arrastado no pátio.**

**Com a boca [rasura] quase colada ao cano de descarga,** foi obrigado a **ingerir os gases tóxicos que eram expelidos entre acelerações e freadas contínuas.**

**Esta operação** durou um dia inteiro, desde cedo até escurecer, **ante as chacotas e risos dos torturadores entre eles, soldados e oficiais da Aeronáutica.**

Assassinado, o corpo do meu filho, não me foi entregue.

Souza (2018a) entende o movimento parafrásico básico tanto ao trabalho de formulação do dizer, quanto ao trabalho de interpretação do discurso e propõe o conceito de ressonância discursiva com relação às paráfrases visuais. Diferente de Serrani-Infante (2001), Souza desloca a ideia de que recorrências parafrásicas se condensam em sentidos predominantes, hegemônicos e entende o gesto parafrásico no campo do trabalho do analista, quando busca interpretar e compreender o funcionamento discursivo do não verbal. Assim, associamos, numa relação de paráfrase instituída por nós, a cena descrita acima do martírio de Stuart à cena de abertura – *O corpo dos condenados* - em *Vigiar e Punir*. Trata-se da punição, em 1757, de um condenado em praça pública em frente da porta principal da Igreja de Paris:

e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. Finalmente foi esquartejado [relata a **Gazette d'Amsterdam**]. Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas... (FOUCAULT, 1996[1987], p.11).

Difícil, nos parece, não associar estes dois momentos num intervalo de dois séculos. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) discute o nascimento das prisões com o fim dos suplícios em Praça Pública e a criação da arquitetura do Panóptico.

O Panopticon (algo como “o que tudo vê” em grego) era uma espécie de presídio, cujas celas e centro de vigilância estavam dispostos de tal maneira que um único guarda poderia observar todos os prisioneiros sem que eles soubessem ao certo se havia alguém a observá-los. Era como se o guarda assumisse um papel divino, a onisciência (apud SOUZA, 2020).

Num regime autoritarista e devastador, como foram os anos de chumbo, associava-se a onisciência do regime – prendendo qualquer um – à punição exemplar em praça “pública”, no caso o pátio dos quartéis sob a chacota dos guardas e o testemunho dos demais presos. O martírio de Stuart durou o dia inteiro: “ante as chacotas e risos dos torturadores entre eles, soldados e oficiais da Aeronáutica”. O corpo de Damiens, como descreve Foucault (idem), foi reduzido a cinzas e lançado ao vento. E o corpo de Stuart? “Assassinado, o corpo do meu filho, não me foi entregue”.

**SD7:** Sinto uma dor tão grande.

Agora, parece, sinto que posso escrever esta carta e sinto que **posso acalantar uma triste e pobre esperança**: Saber ao menos onde está o corpo do meu **Stuart**.

**Rogo** assim a **Vossa Excelência** [...]

Na ordem do discurso, o papel da memória é aquele que dá viabilidade ao acontecimento histórico, já que a própria estruturação do discursivo constitui a materialidade da memória social. O que leva a considerar aí o estatuto dos implícitos no âmbito da memória (Cf.: ACHARD, 1999). Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, e cada discurso, ao pressupor esse imaginário, recorre à (re)construção, dando lugar a uma filiação parafrásica, constituindo uma rede de sentidos.

Para a AD a memória discursiva - a memória social - é pensada como um espaço móvel de divisões, de disjunção, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (Pêcheux, 1999). É, ainda, pensada na relação com o interdiscurso, definido como a possibilidade mesma de dizer: conjunto do dizível que torna possível o dizer e que reside no fato de que algo fala antes, em outro lugar (Orlandi, 1999a), enquanto a memória, em termos discursivos, recobre as redes de filiação nas quais o sujeito se inscreve ao produzir o sentido. (apud SOUZA, 2002, p. 3 - 4).

Zuzu não se desfilia de sua posição acusatória, mas roga e, num apelo cristão, sente que pode “acalantar uma triste e pobre esperança”. Não desiste da esperança de reaver o corpo do filho, mas tem consciência que seu apelo é em vão. No âmbito da memória social, todos sabem que o caso de Stuart não é o único, mas é também no bojo da memória social que se instituem os contra-discursos. Essa certeza de que seu apelo é em vão se materializa metaforicamente no enunciado “triste e pobre esperança” em poder “acalantar” – outra metáfora: o corpo do filho morto. Existe um dizível (o interdiscurso) que torna possível o dizer (ORLANDI), e o batimento da memória discursiva que recobre as redes do sentido: duplamente metafórico e paradoxal, o enunciado “acalantar uma triste e pobre esperança” recobre a certeza de não ter de volta o corpo do filho para um último acalanto.

**SD8: Rogo assim a Vossa Excelência, mandar apurar a responsabilidade do que ocorreu com o meu filho sacrificado.**

Aguardando a decisão de Vossa Excelência, **subscrevo-me respeitosamente.**

Mais uma vez, na **SD8**, a posição discursiva se materializa tanto de forma acusatória, quanto pela forma de cobrança, quando pede justiça a quem tem nas mãos o poder de decisão. De novo, obedece ao formalismo da gramática com uso da forma de tratamento prevista – “Vossa Excelência”; “subscrevo-me respeitosamente” – e pela modalização verbal – “mandar apurar”. Não se dá ordem a uma autoridade máxima, exigindo reparação dos fatos, mas roga-se que mande alguém fazer o que seria preciso. O formalismo gramatical cumpre aí a sua função, e ao mesmo tempo atende ao que Milner (1978, p. 27-28) define como o indizível: “o fato da língua consiste em que na língua há o impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira [...] falar de língua e de partição, é colocar que não se pode dizer tudo”.

Quando não se pode dizer tudo, recorremos ao discurso social, definido por Pêcheux (Cf.1999), como aquilo é permitido dizer em determinadas condições de produção, em determinadas conjunturas e explorar outras formas de dizer pelo não verbal.

#### 4.2.2 Textualidade não verbal e posição-sujeito

Na carta datada de abril de 1975, nos parece clara a posição discursiva de Zuzu que, ao mesmo tempo que roga e apela pela devolução do corpo do filho, não se exime de denunciar tudo que ocorreu. Vimos acima o tratamento formal previsto pelas regras de gramática de como se dirigir ao líder máximo da nação. Mas percebemos, também, uma certa contradição entre a forma como escreve e a forma como se apresenta em termos não verbais.

Considerando a posição social de Zuzu Angel poderíamos esperar que, em termos formais, a carta até então analisada espelhasse essa posição, no que se refere à escrita, à ortografia e ao papel utilizado. Entretanto, essa expectativa não se confirma quando analisamos a arquitetura da carta em seu todo.

Tomando-se a definição de materialidade discursiva pensada como “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época”, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. (PÊCHEUX, 2011, p. 151-152). Buscamos discutir algumas marcas não verbais como lugares de inscrição da constituição da posição ocupada por Zuzu, não como uma estilista de fama, mas como alguém que luta por seus direitos em determinada conjuntura, mesmo sendo esta um regime ditatorial.

Uma materialidade que se inscreve, desde o princípio, no papel da carta. Páginas de um caderno sem qualquer identificação de quem seria o remetente. A sintaxe, a pontuação, o uso da gramática estão corretos, mas a correção ortográfica é falha, além de não esconder a rasura em um certo trecho.

Há o uso correto de letras maiúsculas nos nomes próprios, mas erra este uso em “dia das Mães” – por que apenas a palavra “Mãe” está em maiúscula? Se fosse para determinar a data como sendo um enunciado próprio, como são os nomes próprios, teríamos “Dia das Mães”. Por outro lado, a data da entrega da carta, “maio, por ocasião do dia das Mães” não funciona aí como um marca de tempo apenas, pois não seria preciso determinar o mês de maio como o fez. “Mãe” é uma marca clara de uma heterogeneidade mostrada e um anúncio prévio de sua formação discursiva dominante: uma mãe em apelo pelo corpo do filho.

Outra inscrição é a rasura do enunciado – “com a boca ~~no cano de descarga~~, quasi colada ao cano de descarga”. Rasura que pode ser associada ao tecido do papel de uso

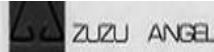
cotidiano, em que se faria qualquer anotação corriqueira. Em outras ocasiões, Zuzu Angel usa um papel timbrado com sua identificação. Com a rasura reconhece o seu equívoco, e reescreve o que foi feito ao filho com fidelidade às palavras de quem lhe relatou o ocorrido.

Em termos de discursividade, a rasura pode ter algumas funções. Uma, corrigir o equívoco e reproduzir o olhar de quem a tudo foi obrigado a assistir e foi testemunha do martírio. Uma rasura que toma a forma de evidência do fato, do crime. A outra função seria a de deixar marcada, mais uma vez, a sua posição de sujeito-mãe e não a de alguém conhecida e reconhecida junto à sociedade. E por que não admitir também o texto rasurado como traços de ironia e descaso com relação a seu destinatário, o chefe máximo da nação?

Enfim, todas essas formas que escapam à boa escrita significam pela sua materialidade discursiva não verbal. São formas que fogem ao tratamento formal, condições de produção da própria escrita. São significantes sob os quais outros sentidos são possíveis.

### 4.3 Um comunicado e morte anunciada

Dissemos acima, quando da análise do texto da carta endereçada ao General Ernesto Geisel, que Zuzu tinha consciência do que iria lhe acontecer – em abril de 1976, um ano depois de enviada a carta citada, morre num trágico acidente. Morte anunciada por ela própria em comunicado datado de 23 de abril de 1975, seis dias antes da data da carta ao General Geisel.

Um comunicado em papel timbrado .

A inscrição de Zuzu na posição de denunciar os assassinos de Stuart faz com que as forças da repressão passem a seguir os passos da estilista, fazendo com que Zuzu notasse que sua integridade estava sob ameaça. Com o passar do tempo e com o aumento de ligações informando que ela seria morta, Zuzu envia o comunicado acima para amigos: Zuenir Ventura, Ziraldo, Paulo Pontes, Chico Buarque e Marieta Severo, alertando que, se algo acontecesse com ela, seria ato praticado pelos mesmos assassinos de seu filho.

Imagem: 9

**ZUZU ANGEL**

Ha dias recebi documento  
discutindo com pormenores as  
fortunas e o assassinato pelo  
governo militar brasileiro, de  
que foi vítima, o meu filho  
Stuart A. Jones.

Este documento está fora do  
paiz em mãos de um dos  
parentes americanos do meu  
filho morto.

Se algo vier a acontecer co-  
migo, se eu aparecer morto  
por acidente, assalto ou outro  
qualquer meio, terá sido  
obra dos mesmos assassi-  
nos do meu amado filho.

Adeilda Angel Jones -  
Rio - 23 Abril 1945 -

Fonte: Acervo Zuzu Angel

Apesar de ciente do que iria lhe acontecer – morte provável, não hesita em se dirigir ao General Geisel deixando clara sua revolta e dor. E não hesita em comunicar a todos que, com a decisão tomada de mais uma vez denunciar as práticas do Estado, sua morte por “acidente, assalto ou outro qualquer meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho.”

Não há endereçamento direto a ninguém em particular, mas sabe a quem confiar o recebimento de outro documento, onde está detalhado o “assassinato” do filho pelo governo militar. Toma o cuidado de enviar para fora do país este documento para preservar e resguardar a integridade de quem o escreveu, no caso, companheiro de luta de Stuart e à mesma época prisioneiro e testemunha de toda a barbárie a que Stuart foi submetido.

Interessa analisar aqui como as duas posições discursivas – posição sujeito-denúncia e posição sujeito-mãe se constituem mutuamente no gesto de denunciar as práticas assassinas do governo militar e na postura “materna” dita no desejo de garantir



a vida do companheiro de luta – um outro filho, mas não o seu. Teoricamente, estão aí em jogo as duas modalidades de identificação propostas por Pêcheux (1975): a do mau-sujeito e a do bom-sujeito.

Para Pêcheux (1975, p. 215, grifos do autor), a segunda modalidade caracteriza o discurso do mau-sujeito:

Discurso no qual o *sujeito da enunciação* “se volta” *contra o sujeito universal* por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma *separação* [...] com respeito ao que o “*sujeito universal*” *lhe dá a pensar*”: luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno. [...] Em suma, o sujeito, o “mau sujeito”, se *contra-identifica* com a formação discursiva que *lhe é imposta*.

Na primeira modalidade, a do bom sujeito, existe

uma “superposição (um recobrimento) entre *o sujeito de enunciação e o sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livremente consentido*”: essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade”). (PÊCHEUX, *idem*)

As práticas discursivas de Zuzu se constituem pelo desejo de ser mãe, decorrendo daí suas práticas como um mau sujeito. Duas posturas que se anunciam pelo papel timbrado em que está identificada a pessoa pública, conhecida dentro e fora do país. Sua postura é contra tudo que o regime impunha, mas comungando tudo em que acreditava como a não desistência pelo filho morto, que resultou em sua morte num acidente-crime, no mês de abril de 1976, um ano depois da carta ao General.

#### **4.4 Homenagens: duas canções e um nome na cidade**

Em 1976, ano da morte de Zuzu, o governo militar classificou o ocorrido como “um acidente automobilístico” na saída do túnel Dois Irmãos, em São Conrado, zona sul da capital do Rio de Janeiro. Em 1998, uma comissão especial sobre mortos e desaparecidos julgou o caso e reconheceu que o regime militar e seus agentes públicos foram os responsáveis pela morte de Zuzu. Testemunhas e depoimentos relataram que o carro da estilista fora jogado para fora da pista. Neste mesmo ano de 1998, o estado

nomeia o túnel de “Zuzu Angel” e, mais tarde, monumentos são erguidos em praças públicas em homenagem à mãe e ao filho.

A ditadura militar no Brasil se estendeu por 20 anos, de abril de 1964 a março de 1985. Mais de 30 anos depois de seu término, o Estado decide pelas homenagens, porém, ainda durante o regime militar, duas canções são compostas por Chico Buarque e por Chico Buarque e Milton. Outras homenagens foram também dedicadas a Zuzu, incluindo um desfile de Carnaval em 2019 pela escola de Samba Mangueira no Rio de Janeiro, em homenagens a alguns nomes da história que não estão nos livros: “Quem foi de aço nos anos de chumbo”.

#### 4.4.1 Duas canções

Dizer da dor alheia é o que fazem os poetas. Em 1978, cantor e compositor Chico Buarque compõe “Oh pedaço de mim” que resume todo o drama vivido por Zuzu Angel pela morte e sumiço do corpo do filho. A letra metaforiza o lamento, tantas vezes ouvido, a dor da saudade e o desespero da separação pelo exílio: corpo que parte e é destruído pelos desmandos e exigência do Estado. Ainda estamos no regime ditatorial, Zuzu Angel também já partiu, mas o amigo e poeta não deixa calar a voz incansável da mãe. Ressoa em música e em versos a mesma dor.

Oh, pedaço de mim  
 Oh, metade afastada de mim  
 Leva o teu olhar  
 Que a saudade é o pior tormento  
 É pior do que o esquecimento  
 É pior do que se entrevar

Oh, pedaço de mim  
 Oh, metade exilada de mim  
 Leva os teus sinais  
 Que a saudade dói como um barco  
 Que aos poucos descreve um arco  
 E evita atracar no cais

Oh, pedaço de mim  
 Oh, metade arrancada de mim  
 Leva o vulto teu  
 Que a saudade é o revés de um parto  
 A saudade é arrumar o quarto  
 Do filho que já morreu

Oh, pedaço de mim  
 Oh, metade amputada de mim  
 Leva o que há de ti  
 Que a saudade dói latejada  
 É assim como uma fisgada  
 No membro que já perdi

Oh, pedaço de mim  
 Oh, metade adorada de mim  
 Lava os olhos meus  
 Que a saudade é o pior castigo  
 E eu não quero levar comigo  
 A mortalha do amor  
 Adeus

Em uma entrevista, em um programa de televisão, Chico e a filha de Zuzu, Hildegard, lembraram conversas destes anos de chumbo, e ele conta que Zuzu Angel sempre ia à casa dele, tanto que ele recebeu o documento no qual anunciava a sua morte pelos mesmos assassinos do filho. Em 1977, em parceria com o cantor Miltoninho, tinha sido composta outra canção “Angélica”, mas que só veio a público quando gravada em 1981. Tinha sido censurada anteriormente.

Ainda estamos em pleno regime ditatorial, e mais uma vez ouve-se outra canção pela memória de Zuzu Angel.

*Quem é essa mulher*  
*Que canta sempre esse **estribilho***  
*Só queria embalar meu filho*  
*Que mora na escuridão do mar*  
*Quem é essa mulher*  
*Que canta sempre esse **lamento***  
*Só queria lembrar o tormento*  
*Que fez o meu filho suspirar*  
*Quem é essa mulher*  
*Que canta sempre o mesmo **arranjo***  
*Só queria agasalhar meu anjo*  
*E deixar seu corpo descansar*  
*Quem é essa mulher*  
*Que canta como dobra um **sino***  
*Queria cantar por meu menino*  
*Que ele já não pode mais cantar*

Chico Buarque sabia o que estava compondo, vivenciou e acompanhou toda a dor de uma mãe e amiga. Na canção *Angélica*, Chico trabalha as palavras estribilho, lamento, arranjo e sino como um lamento que se repete/repetiu todos os dias. São formas de fazer ecoar a voz de Zuzu, que, incansavelmente, denunciou os crimes da ditadura. *Angel*, seu sobrenome foi trabalhado por Chico como um deslizamento de sentido: *Angélica*. Mãe de um anjo, como ela metaforizava o próprio Stuart, mãe ao mesmo tempo angelical, como todas as mães que guardam seu filho.

Nas canções, a tessitura polissêmica, o papel das metáforas e o silêncio como forma de resistência nos remete a Orlandi. Silenciar não é calar, mas significar. Dentro do cancionário da música popular brasileira (MPB), assinala Orlandi (1992, p. 120):

Ao invés de nos manifestarmos politicamente, de modo categórico, aprendemos a nos reunir, isto é, a juntar uma multidão em torno de grandes encontros musicais. Nas praças, nos estádios de futebol, nos grandes teatros, nas praias. No silêncio, a emoção política significava fortemente os seus muitos e variados sentidos. [...] O povo cantava unido.

O povo cantava e repetia tudo aquilo que, categoricamente, Zuzu fez a todos ouvir. Não usou de metáforas, em nenhum instante, para dizer quem assassinou o filho: pedaço de mim, metade arrancada de mim.

#### 4.4.2 Zuzu, um nome na cidade

*“Nossa reflexão toma o habitante da cidade como uma posição-sujeito significativa: no sujeito o mundo faz sentido e a linguagem se diz, se realiza como discurso. O sujeito é parte do acontecimento do significante”.*

Eni Orlandi

Idos de 1983, inicia-se no país a campanha pelas eleições diretas para presidente. O ato “DIRETAS JÁ” se espalha pelo país reunindo diversas lideranças de inúmeros partidos, com objetivo de restaurar a sonhada democracia num país, livre de censuras impostas no governo ditatorial e com liberdade de escolhas. A partir daí se encerra o período dos anos de “chumbo” no país. A anistia caminha lentamente no solo brasileiro, os exilados já podem voltar ao país.

Com o final desse período ditatorial, o Estado, agora redemocratizado, começa a se retratar, ressarcir suas vítimas, destratas e caladas, assassinadas. No movimento dessas reparações, estão as homenagens a Zuzu Angel. Em 1998, o túnel chamado “Dois Irmãos” passa a se chamar Zuzu Angel e é também erguida, em homenagem a Zuzu, uma escultura numa praça à saída do túnel. Voltamos, assim, a perguntas que já fizemos neste nosso percurso: por que este túnel, e não outro? Por que esta praça, e não outra?

A cidade é atravessada pelos sujeitos e por inúmeros percursos. Por esses percursos, transita a história. Foi no antigo túnel “Dois Irmãos” que se deu a trama do assassinato, lugar atravessado muitas vezes por Zuzu. O nome “Dois Irmãos” se deve ao fato de se ter duas vias por dentro de dois túneis contíguos que varam dois morros também contíguos. A mudança do nome, além de homenagear Zuzu, muda o curso da história: quem foi Zuzu?, devem se indagar os sujeitos que por ali trafegam, e quando acham a resposta atualizam a memória do acontecimento. O túnel foi fundado em 1971, por que a mudança só em 1998? Mais uma vez vem à tona a história: o Estado agora (1998) se inscreve em outra posição discursiva – um estado democrático, a de quem homenageia tentando reparar erros anteriores e decretando novos heróis.

Imagem 10



Fonte: Acervo Zuzu Angel

Muitas podem ser as definições de cidade. Rolnik (Cf. 1988), por exemplo, apresenta “a cidade como escrita, a cidade como imã, a cidade política, a cidade como mercado e a cidade do capital”. Como o político na Análise de Discurso se define como disputa, partição de sentidos, os muitos aspectos apontados por Rolnik, em verdade, se abrigam sob o político. Assim, a cidade como escrita deflagra os gestos de administração do urbano, lugar onde se textualiza o político em torno de disputas: quando se elegem os heróis, atualiza-se a história, sem que os que administram os decretos também se elejam heróis. Tem-se de volta o capital simbólico, o nome escrito na história.

Os regimes historicamente mudam, mas as práticas oficiais traçadas pelo Estado são as mesmas com relação ao gerenciamento da memória. E é isso que nos permite afirmar que o mesmo Estado que mata, homenageia elegendo mártires e heróis, apesar de agirem atravessados por posições discursivas distintas: a do autoritaríssimo e a do estado de direito.

“A cidade é organização, é injeção a trajetos, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados” (ORLANDI, 2004, p. 63). A praça onde Zuzu também é lembrada traz uma escultura como uma figura feminina.

Imagem: 11



**Fonte:** Gerência de Pesquisa e Documentação (GPD) da MultiRio.

A praça se localiza a 200 metros do túnel que leva seu nome, em São Conrado, no Rio de Janeiro. Assim, toda vez que os sujeitos cruzam o túnel, saem no mesmo espaço onde Zuzu tantas vezes saiu. Revivem o mesmo trajeto sem necessariamente saber que o fazem. Ou seja,

Esse espaço específico tem portanto uma memória, que, no caso, é uma memória urbana. A cidade é um espaço significante, investido de sentidos e de sujeitos, produzidos em uma memória. Quando se fazem certos gestos em relação a essa memória, se está transformando, modificando, ou não, essa memória (ORLANDI, 2001, p. 83).

Pensar a relação sujeitos e cidade, quando das muitas formas do atravessamento da cidade, nos faz retomar Robin (2016, p. 292), “a narrativa do acontecimento não são as falas dos atores, mas a narrativa do sentido de suas falas”, e são essas falas – ou outras práticas discursivas, como a instalação de monumentos – que atravessam a memória discursiva da cidade/do urbano no processo de revisionismo histórico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar por Zuzu, ao longo da nossa investigação, foi marcado por diversos desafios. O primeiro deles é de “vencer” a constante emoção que tomou espaço em diversos momentos. Em muitos instantes as lágrimas persistiam em rolar e também em significar.

O interesse por Zuzu Angel surgiu ainda no mestrado. Aqui o objetivo foi o de analisar o funcionamento da linguagem no regime militar especificamente no caso de Angel. Partindo disso, em muitas ocasiões, a mãe Terezinha encontrou a mãe Zuzu, e vice-versa, na verdade, penso que a mãe Zuzu atravessa todas as mães com suas lutas, mas principalmente com um amor que não se condiciona às leis da terra.

Mas nos perguntávamos a todo instante quem iríamos conhecer ao longo da nossa investigação. Era como algo inscrito em regularidades discursivas, como um sino que batia perguntando:

Quem é Zuzu Angel? **Para o Estado que matava, era uma *persona* não grata**, que insistia em submeter suas cartas às autoridades perguntando pelo corpo de seu filho. De tanto perguntar, incomodar e não silenciar, Zuzu foi silenciada de vez. Apagada. Morta. Assassinada para que parasse de fazer circular a denúncia contra os assassinos de seu filho e que parasse de escancarar a face de um regime facínora.

Quem é Zuzu? **É mãe guerreira**, que fez circular por diversas formas de dizer seu empenho na procura pelo filho, no Brasil e no exterior. Inclusive em Nova York, Angel protestou exibindo seu desfile-protesto com imagens alusivas ao militarismo que prende, mata e silencia.

Quem é Zuzu? **É mãe-mártir**, homenageada pelo Estado, num outro momento, o do revisionismo histórico e na legitimação de seus heróis – Zuzu e o próprio gestor do Estado. Um gestor que administra e gere a memória – e que se faz coletiva – ao configurar o urbano.

Quem é Zuzu? **Mulher de muitas faces**. Nas canções compostas por Chico Buarque, o artista mostra os muitos pedaços que existem dentro de Angel. Essas letras ecoam ainda hoje denunciando a luta de Zuzu Angel. Pelo viés da saudade, da dor, as letras clamam para que Zuzu e Stuart não caiam no vale do esquecimento e, mais do que tudo, clamam para que o Brasil não volte mais a flertar com esses lugares tão sombrios e escuros.



Não vamos esquecer Zuzu Angel. Não vamos esquecer. Com sua caneta que não apaga, Zuzu ficará.

Esta tese também se encaminha para esse alerta, mas se inscreve em mais um gesto de homenagem à Angel.

Que outras análises e olhares possam surgir a partir da nossa caminhada.

Que a mãe-mártir, a mãe guerreira e a mãe de muitas faces continuem preenchendo de forma exemplar, como diz Pêcheux, aos buracos da memória histórica desse país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido In: ACHARD, P. et al. (Org.) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

AGUIAR, M. S.; SOUZA, T. C. C.; PEREIRA, R. C. Cinco anos de Policromias: percursos e movimentos no estudo do discurso, da imagem e do som. POLICROMIAS - REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, IMAGEM E SOM, v. 5, p. 11-22, 2020.

AUROUX, Sylvain. 1992. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

COURTINE, J. J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. Policromias, v. 1, n. 1, p. 14-35, jun. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Ensaios, 12, Porto Alegre: Tradução de Sagra-Luzzardo. 1999.

DUCROT, Oswald. O Dizer e o Dito. São Paulo, Pontes, 1987. Tradução de Carlos Vogt.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Editora Forense universitária. Rio de Janeiro. 2008.

GADET, F. et HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso. Tradução de Bethania S. Mariane...[et al.]. Campinas, UNICAMP Editora, 1990/2014.

GUIMARÃES, Eduardo; Souza, T. C. C. de; PETRI, V. Línguas e Fronteiras - trânsito ou interdição. 10.20396/lil.v24i48.8667920, v. 24, p. 129-129, 2021.

HÁROCHE, Claudine. 1992. Fazer Dizer, Querer Dizer. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora Hucitec.

MILNER, Jean-Claude. O Amor da Língua. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012[1978].

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993. Tradução de Yara Aun Houry

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1983.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Segmentar ou Recortar. Estudos, Uberaba, v. 10, p. 09-26, 1984.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. Rua, Campinas, v. 1, p. 32-44, 1995.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Cidade Atravessada – Os sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso e Texto: Formação e circulação dos sentidos*. Editora -Pontes. 1º Edição, Campinas. S. Paulo. 2001.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Cidade dos Sentidos – Editora-Pontes*. 1º Edição, Campinas. S. Paulo. 2004.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli; RODRIGUES, Suzy Maria Lagazzi (Org.). *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade* (1a. edição: 2006, Ed. Pontes). 1. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *As Formas do Silêncio - No movimento dos sentidos*. Editora UNICAMP. 6º Edição, Campinas. S. Paulo. 2007.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Destruição e Construção dos sentidos: um estudo da ironia*. Web-Revista Discursividade: Estudos Linguísticos, v. 9, p. 1-42, 2012.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Editora- Pontes. 12º Edição, Campinas. S. Paulo. 1999/2015.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Discurso em Análise – Sujeito, Sentido, Ideologia*. Editora- Pontes. 3º Edição, Campinas. S. Paulo. 2017.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Eu, Tu, Ele: Discurso e real da História*. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Sujeitos invisíveis: Sujeitos à interpretação – Coleção - Linguagem e Sociedade*. Pouso Alegre –UNIVÁS - MG. 2018.

PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, nº19, 1990.

PÊCHEUX, Michel (1969). *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.61-162.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução de Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. Pontes [1983] 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, [1988]1975

PÊCHEUX, Michel. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. (1977). *Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do Sociologismo?*. In: Orlandi, E. (org) *Análise de Discurso – Michel Pêcheux, Textos escolhidos por Eni Pulccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. TRADUÇÃO DE DORA ROCHA FLAKSMAN. RIO DE JANEIRO. 1989.

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417 - 12/03/23>

RANCIÈRRE, Jacques. Os nomes da história. Tradução de Mariano Echalar. Ensaio de Poética do saber. São Paulo: Editora UESP, 1. Ed.,2014 [1992]

ROBIN, Régine. A memória saturada. Tradução de Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Uma Análise Discursiva de Limite, CD-rom sobre Mário Peixoto, produzido pelo LIA e patrocinado pela RIO Filmes, 1997<sup>a</sup>

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. "Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não-verbal", Conferência no 2º Colóquio de Analistas del Discurso, Universidad del Plata, Instituto de Lingüística da 15 Universidad de Buenos Aires, La Plata e Buenos Aires, 1997b (Publicado em Ciberlegenda 1, Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Niterói, UFF, 1998b)

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não-verbal. CIBERLEGENDA, Niterói, RJ: v.1, p.15 - 32, 1998.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. 1998. Gestos de leitura em línguas de oralidade. In Orlandi, Eni Pulcinelli. (Org.) A leitura e os leitores, Campinas, SP: Pontes.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. 1999. Discurso e Oralidade - Um estudo em língua indígena. Niterói, RJ: Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Carnaval e Memória: das imagens e dos discursos. Contracampo (UFF), Niterói, RJ, v. 5, p. 140-156, 2000.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da Imagem nos meios de comunicação. Rua, Campinas: 7, Pontes, 2001.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Carnaval e Memória: das imagens e dos discursos. Publicação em Anais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística- Anpoll, 2002. Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ANPOLL\\_2002/arquivos/pdf/002\\_analise\\_discurso/tania\\_clemente.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ANPOLL_2002/arquivos/pdf/002_analise_discurso/tania_clemente.pdf) - Acesso em 20 de julho de 2017.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Discurso e Imagem: uma questão política. In: Lenzi, L.H.C.; Da Ros, S. Z.; Souza, A.M. Alves de. Gonçalves, M.M.. (Org.). Imagem: intervenção e pesquisa. 1a.ed.Florianópolis: NUP, 2006, v., p. 079-101.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Imagem, textualidade e materialidade discursiva In: Rodrigues, E. A. et al (orgs.). Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: 2011, Editora RG, v.1, p. 387-400.

SOUZA, Tania Conceição Clemente. GESTOS DE INTERPRETAÇÃO E OLHAR(ES) NAS FOTOS DE CURT NIMUENDAJÚ: ÍNDIOS NO BRASIL. Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, p. 287-301, 2013.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. LÍNGUAS INDÍGENAS: MEMÓRIA, ARQUIVO E ORALIDADE. POLICROMIAS - REVISTA DE ESTUDOS, DO DISCURSO, IMAGEM E SOM, v. 2, p. 36-56, 2016.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Perspectivas da Análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. Rua, v. 24, p. 1-20, 2018.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Política linguística, política de línguas indígenas e identidade discursiva. Conferência de abertura no GT de Línguas Indígenas. Londrina, Paraná: XXXV ENANPOLL, 2020

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Foto, Olhar e Sentido. In: Abrahão e Sousa, Lucília Maria; Almeida, João Flávio DE. (Org.). A errância do instante - Fotografias de Araquém Alcântara em Discurso. 1a.ed.Campinas: Pontes Editores, 2021, v. 1, p. 266-275

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas. In: FIGUEIREDO, A. A. de A. et al. (Orgs.) Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras. São Paulo, SP: Pontes Editores, 2022.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Língua, materialidade discursiva e cosmogonia. <https://doi.org/10.15902/1982-4017-2203-501-511>, v. 22, p. 501-511, 2022.

VALLI, Virginia. Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho – 1a. 1986 ed. PHILOBIBLION LIVROS DE ARTES LTDA. RJ, p. 103.

## REFERÊNCIA DIGITAL

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos, 1997.

SCHEMES, C., DE ARAUJO, D., PUHL, P. As manifestações femininas na tela: Zuzu Angel e a moda-protesto. POLÊM!CA, 11, mai. 2012. Disponível em:<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222>.  
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-ditadura-militar-ai-5-19/04/2023>

SCHEMES, CLAUDIA; DE ARAUJO, DENISE CASTILHOS; PUHL, PAULA REGINA. AS MANIFESTAÇÕES FEMININAS NA TELA: ZUZU ANGEL E A MODA-PROTESTO. POLÊM!CA, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 285 a 306, maio 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222>>.

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-ditadura-militar-ai-5-19/04/2023> acesso em: 19/04/21.

<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222>>.

20 acesso em: 19/04/21.

<https://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial/>:acesso em: 26/01/23.

<https://odia.ig.com.br/07/04/21> acesso em: 19/04/21.

<https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/9031-conhe%C3%A7a-a-hist%C3%B3ria-dos-personagens-que-viraram-patrim%C3%B4nio-da-cidade>

<http://www.justificando.com/> acesso em: 19/04/21.

<http://memoriasdaditadura.org.br/> acesso em: 19/04/21

<http://memorialdademocracia.com.br/> acesso em: 19/04/21

<https://www.todamateria.com.br/democracia-no-brasil/> acesso em: 20/04/21

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoinstitucional/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 08/05/2023.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3101/2222> acesso em: 19/04/21.

ZUZU Angel. [Filme]. Brasil/2006. Direção: Sérgio Resende. Duração: 108 min.

<https://www.zuzuangel.com.br/coleções>.